Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 411-462
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Da Saúde ao Lazer: A História dos Banhos de Mar na Madeira (do Início do Século XX até à Década de 1960)[1]

From Health to Leisure: The History of Sea Bathing in Madeira (from the Early 20th Century to the 1960s)

Odete Souto[2]

Resumo

Este artigo explora a história dos banhos de mar na Madeira entre o início do século XX e a década de 1960, destacando a sua transição de prática terapêutica para atividade de lazer, sociabilidade e afirmação identitária. A investigação centra-se na criação e transformação das infraestruturas balneares, na evolução das perceções sociais sobre o corpo e a exposição solar, bem como na apropriação progressiva das zonas costeiras enquanto espaços de convívio, distinção e regulação moral.

Através da análise de fontes primárias – imprensa regional, fotografias de época, documentação institucional e cartográfica – o estudo revela como praias, balneários e complexos balneares se tornaram elementos centrais da vida urbana e rural madeirense, refletindo transformações culturais, sociais e económicas mais amplas. Considera ainda o papel da hotelaria, dos clubes privados e das iniciativas públicas na consolidação da Madeira como destino turístico de prestígio.

Por fim, o artigo enquadra o caso madeirense num contexto nacional mais alargado, estabelecendo paralelos com outras estâncias balneares portuguesas e sublinhando a construção simbólica do mar como espaço de modernidade, saúde, desejo e pertença coletiva.

Palavras-chave: Banhos de Mar; Madeira; Lazer; Turismo; Distinção Social; Modernidade; Moralidade Pública; Identidade Insular.

---

[1] A presente investigação dá continuidade ao estudo iniciado com o catálogo *As Ilhas Balneares (de inícios do século XX até à década de 70)*, da coleção "Madeira – Memórias Fotográficas", no prelo.

[2] Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Mestre em Relações Interculturais e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Aberta. Tem trabalhos publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série. Seus principais interesses incluem migrações, identidades sociais e culturais, relações interculturais e transformação social. Endereço eletrónico: odete.mh.souto@madeira.gov.pt.

Abstract

This article explores the history of sea bathing in Madeira from the early 20th century to the 1960s, highlighting its transition from a therapeutic practice to an activity of leisure, sociability, and identity affirmation. The research focuses on the creation and transformation of bathing infrastructures, the evolving social perceptions of the body and sun exposure, and the progressive appropriation of coastal areas as spaces of interaction, distinction, and moral regulation.

Through the analysis of primary sources – regional press, period photographs, and institutional and cartographic documentation – the study reveals how beaches, bathing facilities, and seaside complexes became central elements of urban and rural life in Madeira, reflecting broader cultural, social, and economic transformations. It also further considers the role of hospitality, private clubs, and public initiatives in consolidating Madeira as a prestigious tourist destination.

Finally, the article situates the Madeiran case within a broader national context, drawing parallels with other Portuguese seaside resorts and emphasizing the symbolic construction of the sea as a space of modernity, health, desire, and collective belonging.

Keywords: Sea Bathing; Madeira; Leisure; Tourism; Social Distinction; Modernity; Public Morality; Insular Identity.

Introdução

A história da Madeira encontra-se profundamente marcada pela sua relação com o mar. Essa ligação, que atravessa séculos, moldou paisagens, práticas culturais e modos de vida, refletindo-se nas transformações das praias, das orlas costeiras e nos múltiplos usos que lhes foram atribuídos. Entre as diversas formas de apropriação do litoral, destacou-se, de forma particular durante a Época Contemporânea, o fenómeno dos banhos de mar – uma prática que, inicialmente terapêutica e recomendada por médicos, evoluiu para uma atividade de lazer, sociabilidade e distinção social, revelando uma mudança profunda na forma como o mar passou a ser percecionado e experienciado.

Este estudo concentra-se na cidade do Funchal, epicentro dos maiores investimentos públicos e privados em infraestruturas balneares. No entanto, outras freguesias da ilha – como Machico, Caniçal, Ribeira Brava e Porto Moniz – também desenvolveram iniciativas balneares confirmadas, que, embora de menor escala, revelam uma apropriação costeira descentralizada e adaptada às especificidades locais. No Funchal, clubes e hotéis erigiram espaços exclusivos de acesso ao mar, contribuindo para a consolidação dos banhos de mar como símbolo de distinção social e para a afirmação da cidade como destino turístico de prestígio.

A partir da década de 1930, com o surgimento de novas infraestruturas e a progressiva apropriação de zonas costeiras – nomeadamente no campo do Almirante Reis –, os espaços balneares assumiram um papel central na vivência urbana e na sociabilidade madeirense. Entre esses espaços destacam-se o Lido e a Barreirinha.

Embora as práticas balneares na Madeira se tenham consolidado na década de 1930, a escolha de um recorte temporal até à década de 1960 permite abarcar a fase de institucionalização do lazer balnear, marcada pela criação de clubes exclusivos e pela intensificação da apropriação turística dos espaços costeiros. Esta delimitação temporal visa, assim, captar não apenas o início das práticas balneares, mas também a sua transformação em fenómeno social e económico estruturante.

Este artigo propõe, portanto, uma análise das transformações sociais, culturais e simbólicas associadas aos banhos de mar na Madeira, estabelecendo um breve paralelo com o desenvolvimento de infraestruturas balneares no território continental português – desde as estâncias termais às barracas de praia e ao papel dos banheiros –, e sublinhando a construção simbólica do mar como espaço de modernidade, pertença e identidade insular.

1. Origens Históricas da Prática Balnear na Madeira

A relação do ser humano com a água evoluiu significativamente ao longo dos séculos. Na Antiguidade Clássica, Hipócrates já reconhecia o caráter terapêutico dos banhos, e os romanos difundiram amplamente o seu uso nas termas, que funcionavam como espaços de higiene, lazer e sociabilidade. Durante a Idade Média, a prática foi associada a doenças contagiosas e a comportamentos imorais, o que contribuiu para o seu progressivo desuso. No Renascimento, assistiu-se a uma leve revalorização da água como elemento terapêutico, influenciada pela redescoberta dos valores da Antiguidade. Contudo, foi sobretudo a partir do século XVIII que as suas propriedades medicinais voltaram a ser amplamente reconhecidas e promovidas. Inicialmente, com o ressurgimento do termalismo em países como a França e o Reino Unido, e posteriormente com o desenvolvimento e valorização dos banhos de mar enquanto prática terapêutica e expressão de novos hábitos sociais[3].

Esse renovado interesse terapêutico contribuiu para uma transformação na perceção das zonas costeiras. Até então, esses espaços eram vistos como inseguros e

[3] ESTEVES, 2014, «Lugares de cura e de lazer: praias e termas […]», pp. 295-296.

inóspitos, sendo evitados pela população em geral[4]. Apenas os homens com ofícios ligados ao mar – pescadores e tripulantes dos barcos de carreira – os frequentavam regularmente. O mar, até então temido e associado a forças destrutivas, começou gradualmente a ser reinterpretado como um espaço de cura, contemplação e regeneração. Avanços científicos, sobretudo no campo da oceanografia britânica, e correntes de teologia exaltavam o mundo natural, contribuindo também para uma reavaliação dos benefícios do contacto marítimo[5].

Na segunda metade do século XVIII, médicos britânicos começaram a prescrever banhos de mar[6] – e até a ingestão de água salgada – para tratar doenças linfáticas e reumáticas, impulsionados pelos estudos de Richard Russel, que, em Brighton, recebeu pacientes, acabando por criar um dos primeiros destinos balneares de Inglaterra[7]. Brighton tornar-se-ia, aliás, um modelo para outras estâncias balneares europeias.

No século XIX, o espírito romântico[8] exaltou a paisagem marítima como agente regenerador da mente e do corpo, atraindo a elite urbana para as praias da Normandia[9], ao mesmo tempo que a Revolução Industrial intensificava a urbanização, a poluição e as pressões sobre a saúde, estimulando a procura de refúgio no litoral[10]. Nesse contexto, a talassoterapia consolidou-se na Europa como tratamento para catarros, anemia, hipocondria e fraqueza crónica, embora fosse contraindicada em casos de doenças do sistema nervoso, de tuberculose pulmonar, cardiovasculares ou oculares[11].

No Brasil, os banhos de mar foram recomendados a D. João VI, no Rio de Janeiro, como prática terapêutica e profilática[12]. Fora da capital, contudo, essas práticas só se consolidaram mais tarde no sul do país, introduzidas na primeira metade do século XX por imigrantes europeus – sobretudo médicos alemães – que ergueram as primeiras infraestruturas balneares no Rio Grande do Sul[13].

Nos primórdios da prática balnear em Portugal, os banhos de mar eram concebidos como forma de tratamento médico, exigindo prescrição e acompanhamento clínico

4 CORBIN, 1994, *The Lure of the Sea: The Discovery of the Seaside* […], p. 235.
5 OSÓRIO, 2018, *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*, pp. 9-10.
6 RITCHIE, 2021, *The Lure of the Beach: A Global History*, pp. 15-18.
7 OSÓRIO, 2018, *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*, p. 10.
8 BRIZ, 1989, *A arquitectura de veraneio: os Estoris 1880-1930*, p. 8.
9 DÉSERT, 1991, «Banhos de mar por receita médica», p. 333.
10 FERREIRA, 2023, *As Sociabilidades Balneares na Póvoa de Varzim* […], p. 18.
11 DÉSERT, 1991, «Banhos de mar por receita médica», p. 334.
12 NORTON, 1938, *A Côrte de Portugal no Brasil* […], p. 135.
13 CORREA, 2010, «Germanidade e banhos medicinais […]», pp. 165-184.

rigoroso. A literatura médica da época alertava para os riscos da sua aplicação indiscriminada, comparando-os a medicamentos complexos cuja má administração poderia ser fatal. Como afirmava o médico Luís Pereira da Costa:

> «É mistér ter sempre bem presente que a hydrotherapia maritima é um precioso meio hygienico e therapeutico, sendo prescripta convenientemente e usada com o necessario cuidado; que é fertil em bons resultados, quando as suas applicações são reguladas pelas determinações scientificas; assim como o é em más consequencias, quando se faz d'ella uso imprudente e irracional.»[14]

Para garantir a eficácia terapêutica, foi desenvolvido um conjunto de regras que moldou profundamente o comportamento dos banhistas: estipulava-se a época ideal para os banhos, a duração das imersões, o tipo de vestuário, os procedimentos a adotar antes e depois do mergulho e até a escolha da praia, tudo variando conforme o sexo, a idade e a condição de saúde do paciente[15]. O estabelecimento de normas médicas não só influenciou a forma de estar na praia, como também contribuiu para a construção de uma etiqueta balnear que perduraria mesmo após a transição da saúde para o lazer como principal motivação da ida ao mar.

À medida que a água conquistava prestígio no campo da medicina, também se operava uma mudança significativa na relação com o sol. Até ao início do século XX, a pele clara era símbolo de estatuto social elevado; as elites recorriam a pó-de--arroz, loções e cremes para preservar o ideal de tez alva[16]. O bronzeado, por sua vez, era evitado por estar associado a profissões humildes, como as de camponeses, pescadores e vendedores ambulantes. Contudo, na década de 1920, imagens de mulheres célebres em modernos fatos de banho, exibindo um ligeiro tom dourado na pele, redefiniram o sol como emblema de saúde, lazer e modernidade – despertando o fascínio das elites urbanas[17]. Nesse contexto, a perceção social sobre a exposição solar sofreu uma transformação radical: de prática evitada passou a ser promovida como terapêutica e estética através da helioterapia[18], adquirindo conotações de bem-estar e distinção social.

Com a crescente popularidade dos banhos de sol, a comunidade médica passou a dedicar atenção aos riscos de exposições solares prolongadas – superiores a 15 minutos diários –, alertando para os perigos de queimaduras, cancro da pele

---

[14] COSTA, 1882, *Banhos de Mar – Elementos de Hydrotherapia Maritima*, p. 70.
[15] FREITAS, 2010, *O litoral português na época contemporânea* […], pp. 64-66.
[16] PEREIRA & PITA, 2011, «A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal», pp. 109-110.
[17] CARDIM, 2013, *A Moda em Portugal, 1914 a 1959*, p. 39.
[18] Veja-se SILVA, 2007, «Breve História do Raquitismo e da Descoberta da Vitamina D», pp. 205-229.

e furunculose[19]. Em 1934, por exemplo, um artigo na revista médica inglesa *The British Medical Journal* destacava os perigos da exposição excessiva, especialmente em pessoas debilitadas ou que tivessem passado por processos de emagrecimento, chegando mesmo a relatar casos de tuberculose associados à prática[20]. Esse tipo de alerta médico coexistia, porém, com a crescente valorização do sol como símbolo de elegância.

Em Portugal, a primeira referência conhecida ao uso terapêutico do mar remonta ao século XVI, através do médico Zacuto Lusitano (1575-1642), que já mencionava os benefícios das águas marítimas para a saúde[21]. Esta visão pioneira permaneceu, contudo, como um registo isolado, sem repercussões práticas duradouras no contexto médico da época. A difusão alargada dos banhos de mar só se concretizou no século XIX – impulsionada pela estação de veraneio da corte em Cascais[22] – e desenvolveu-se, primeiro, como prática terapêutica e, gradualmente, como atividade social e de lazer, acompanhando as tendências observadas noutros países europeus.

A valorização crescente da prática balnear repercutiu-se de forma significativa na produção cultural oitocentista, conferindo ao mar e às praias um protagonismo inédito no imaginário coletivo. Um exemplo paradigmático dessa transformação encontra-se na obra de Ramalho Ortigão, publicada em 1876[23], que evidencia a incorporação dos banhos de mar nos hábitos emergentes das classes urbanas e contribui para a consolidação de uma estética balnear moderna, articulada com os ideais de saúde e progresso.

A crescente banalização do hábito preocupava a classe médica, como se observa na seguinte crítica:

> «Vemos na mesma praia, fazendo uso de banhos, do mesmo modo, sãos e doentes, seja qual fôr a edade, constituição, temperamento ou natureza dos soffrimentos; todos fazem uso da hydrotherapia maritima, tendo como unico regulador o capricho, o gosto ou a moda; nada de scientifico se observa, porque o medico a maior parte das vezes não é consultado, e, quando o é, é só para se obter d'elle o conselho de ir para a praia.»[24]

Este depoimento revela a inquietação do corpo médico perante a crescente popularização dos banhos de mar, que deixavam de constituir um tratamento rigoroso

---

19 *Diário de Notícias*, 1934-10-11, n.º 17996, p. 4.
20 KAYNE, 1934, «*Sunbathing And Tuberculosis*», p. 138.
21 JUNIOR, 1874, *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuicos dos banhos do mar frios*, p. 19.
22 FREITAS, 2010, *O litoral português na época contemporânea* […], p. 69.
23 Veja-se ORTIGÃO, 1876, *As praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*.
24 COSTA, 1882, *Banhos de Mar – Elementos de Hydrotherapia Maritima*, p. 71.

para se tornarem uma moda, frequentemente desprovida de acompanhamento clínico adequado.

Importa sublinhar que, até ao primeiro quartel do século XX, apenas uma minoria de portugueses dispunha de tempo livre para adotar as novas práticas balneares. O direito a férias constituía um privilégio restrito e o lazer permanecia inacessível às camadas populares, cujos baixos salários e longas jornadas de trabalho limitavam qualquer possibilidade de ócio. Mesmo entre aqueles que tinham tempo e recursos, muitos preferiam viajar para estâncias de férias no estrangeiro ou recolher-se em zonas rurais em busca de descanso. Ao longo do século, contudo, verificou-se um crescimento do interesse pela prática balnear, que passou a representar uma forma de socialização e distinção, impulsionando o desenvolvimento de estâncias balneares em várias zonas costeiras do país. A expansão das redes ferroviárias desempenhou um papel crucial nesse processo, ao facilitar o acesso ao litoral e incentivar a mobilidade sazonal. Paralelamente, essas estâncias começaram a oferecer uma ampla gama de entretenimentos – como casinos, teatros, concertos e eventos desportivos – que transformaram a experiência balnear numa prática cultural e social multifacetada. A procura de saúde passou, assim, a ser complementada pelo desejo de convívio, lazer e afirmação social, refletindo uma nova forma de apropriação do mar no imaginário português[25]. A prática da vilegiatura balnear convivia, ainda assim, com outras modalidades de veraneio, revelando as distintas preferências de uma classe social que ditava os padrões de lazer. Nesse contexto, os praticantes de turismo balnear formavam uma minoria socialmente diferenciada, composta tanto pela aristocracia tradicional como pela nova elite urbana, constituída por profissionais liberais, empresários, magistrados e professores[26].

Quanto à Madeira, destacou-se precocemente como destino terapêutico, beneficiando de condições climáticas e geográficas singulares que a tornavam particularmente atrativa. O seu clima ameno e a paisagem envolvente contribuíram para a construção de uma reputação internacional como lugar de repouso e convalescença. Em 1751, o clima da ilha já era elogiado nas *Philosophical Transactions*[27], da Royal Society, pelas suas qualidades benéficas, reforçando a imagem da Madeira como espaço privilegiado para a recuperação da saúde[28] e como destino de referência

[25] DÉSERT, 1991, «Banhos de mar por receita médica», p. 337.
[26] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 105.
[27] HEBERDEN & HEBERDEN, 1751, «Observations of the Weather […]», pp. 358-359.
[28] SILVA, 1985, *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Histórico*, p. 7.

no circuito terapêutico europeu. Essa reputação consolidou-se sobretudo ao longo do século XIX, atraindo um número crescente de visitantes.

A partir das últimas décadas do século XIX, a Madeira reforçou a sua posição no circuito terapêutico europeu, impulsionada pela intensificação do fluxo de viajantes britânicos. O Funchal, pela sua localização estratégica como porto de escala nas rotas atlânticas, tornou-se paragem regular de paquetes e navios de cruzeiro, facilitando a chegada de doentes e turistas. A presença de médicos estrangeiros residentes assegurava um acolhimento especializado que complementava o clima ameno e a tranquilidade da paisagem[29].

Ainda assim, a região não dispunha de infraestruturas de alojamento adequadas à procura[30]. A escassez de hotéis levou a comunidade britânica residente a assumir um papel central no acolhimento dos viajantes, disponibilizando as tradicionais quintas madeirenses de que eram proprietários como alternativas de alojamento. Muitas dessas propriedades passaram a ser arrendadas diretamente a grupos de turistas, suprindo uma necessidade imediata e impulsionando, de forma gradual, o desenvolvimento da hotelaria na ilha[31].

A literatura de saúde, produzida por médicos e viajantes, desempenhou igualmente um papel relevante na construção da imagem da Madeira enquanto destino terapêutico. Esses textos combinavam relatos de experiências pessoais com descrições de paisagens, elogios à hospitalidade local e informações práticas – como itinerários, listas de alojamentos e indicações sobre alimentação – frequentemente acompanhadas de conselhos médicos. O último quartel do século XIX assistiu ao surgimento de guias especializados, geralmente escritos por estrangeiros e integrados em narrativas de viagem mais amplas, que forneciam informações úteis a viajantes e doentes[32]. Alguns eram redigidos não apenas em português, mas também em inglês, francês e alemão, e dirigiam-se a uma nova clientela cuja motivação já não se limitava a razões médicas, abrangendo igualmente o turismo emergente, orientado para o descanso e o lazer.

Gradualmente, esses guias foram adquirindo um caráter mais turístico, passando a incluir roteiros pela ilha e sugestões de passeios. Muitos desses impressos, frequentemente publicados por hoteleiros locais, integravam publicidade de hotéis e lojas da região, bem como referências a agências estrangeiras que organizavam

[29] RODRIGUES, 2019, «O Turismo na Madeira Oitocentista», p. 346.
[30] MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], p. 19.
[31] GAMA, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, pp. 6-7.
[32] Veja-se FERREIRA, 2020, «Saúde e turismo: a Madeira na rota dos viajantes e doentes do século XIX».

viagens para o arquipélago[33]. Os turistas «em número percentualmente superior e doentes continuaram a conviver durante o Inverno. As estadias dos primeiros distinguiam-se por serem mais curtas (três semanas) do que as dos doentes que chegavam a permanecer entre Outubro e Maio.»[34]

Esta evolução evidencia uma diversificação progressiva das motivações dos visitantes, que passaram a incluir também interesses de natureza recreativa e cultural.

2. Transformações Sociais e Culturais

Com a progressiva afirmação do litoral da Madeira enquanto destino turístico, verificou-se uma profunda reconfiguração das formas de interação entre a população local e os visitantes, particularmente no que respeita à relação com o mar e com os espaços balneares. Essa transformação traduziu-se não apenas na adoção de novos padrões de comportamento coletivo, mas também na revisão das normas culturais e éticas que, até então, regulavam o pudor e a conduta social.

A prática de "ir a banhos"[35] implicou uma maior exposição do corpo, desafiando os modelos tradicionais de discrição e recato. Paralelamente, o tempo passado junto ao mar adquiriu um valor simbólico renovado, conferindo ao ócio um papel central na construção de novas sociabilidades. O lazer à beira-mar converteu-se num espaço de afirmação social, onde emergiram formas inéditas de convívio e distinção cultural. Frequentar determinadas estâncias balneares, escolher certos hotéis ou adotar práticas específicas tornava-se uma forma de visibilidade e diferenciação. A praia transformou-se, assim, num palco de exibição social, onde o estatuto se manifestava não apenas pela presença física, mas também pela forma como se vivia e ocupava o tempo livre – através de comportamentos, rotinas e escolhas que codificavam pertença e distinção[36].

Antes da consolidação dos espaços balneares, o mar era frequentado sobretudo por homens ligados às atividades marítimas, cuja presença se justificava por razões económicas e laborais. Por motivos de funcionalidade, era comum que se despissem antes de entrar na água, evitando que a roupa limitasse os movimentos. Com a crescente aproximação da população a esses espaços, começaram a surgir protestos

[33] CÂMARA, 2010, «Madeira: Um Lugar Turístico […]», p. 101.
[34] CÂMARA, 2010, «Madeira: Um Lugar Turístico […]», p. 100.
[35] Veja-se DIAS, 1995, «"Ir a Banhos" na Figueira da Foz no Dealbar do Século XX […]».
[36] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 112.

contra tais comportamentos, considerados indecorosos, o que levou à intervenção das autoridades através de avisos camarários que proibiam expressamente o nudismo nas praias.

Com o intuito de moralizar e ordenar a crescente afluência balnear na capital madeirense, a Câmara Municipal do Funchal foi progressivamente dotada de regulamentos específicos para o uso do litoral. A fiscalização competia a agentes municipais, encarregados de advertir ou mesmo multar os infratores das normas de pudor. Essa intervenção oficial refletia o propósito de impor uma etiqueta balnear que conciliasse o lazer com o decoro social, procurando moldar os comportamentos à luz dos valores morais dominantes.

Apesar dos avisos, os comportamentos considerados contrários aos costumes persistiram. Casos frequentemente reportados envolviam militares destacados na fortaleza do Ilhéu, que tomavam banhos nus, escandalizando os moradores das imediações[37]. No *Diário de Notícias* de 1922 e 1925[38] surgem novas denúncias sobre práticas semelhantes nas zonas da Barreirinha e do Gorgulho[39]. As queixas referiam o desconforto causado aos residentes, com expressões como «espectaculo indecoroso, somente próprio dos sertões de Africa»[40], revelando o choque entre os novos usos recreativos do litoral e os códigos morais vigentes, num momento de transição entre o mar como espaço de trabalho e o mar como espaço de lazer.

As preocupações com a moralidade balnear estendiam-se a outros concelhos da ilha. Na Ponta do Sol, por exemplo, as autoridades adotaram medidas reiteradas para desencorajar os banhos sem vestuário apropriado, tanto em momentos de lazer como no exercício de atividades profissionais. Durante o desembarque de mercadorias e o varar das embarcações, não era invulgar que os trabalhadores entrassem na água com pouca ou nenhuma roupa, situação que despertava a curiosidade de muitas mulheres[41]. Para minimizar a exposição, as autoridades recomendavam que os homens evitassem tal prática e que as mulheres se mantivessem afastadas da costa até que os marítimos se encontrassem devidamente vestidos[42].

Importa, contudo, problematizar o que se entendia por "nudismo" no contexto da época, uma vez que, à luz dos padrões morais então vigentes, a simples exposição

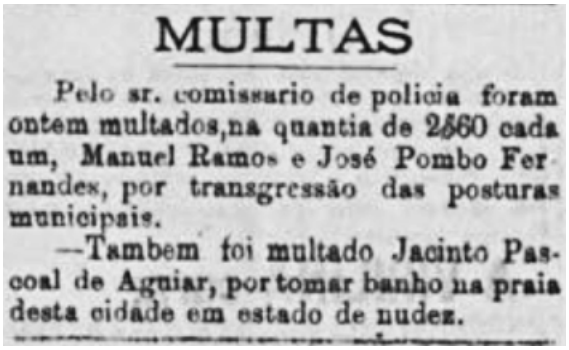
[37] RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 21.
[38] *Diário de Notícias*: 1922-08-03, n.º 14484, p. 1; 1925-07-21, n.º 15337, p. 1.
[39] Locais onde mais tarde foram edificados complexos balneares.
[40] *Diário de Notícias*, 1925-07-21, n.º 15337, p. 1.
[41] RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 64.
[42] RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 65.

do tronco era considerada um ato impróprio[43]. É, portanto, plausível que muitas das denúncias de nudismo se referissem ao uso de trajes mínimos, sem que houvesse necessariamente nudez integral.

Ainda assim, existem registos consistentes da prática de banhos totalmente nus – sobretudo entre homens ligados às atividades marítimas, em áreas pouco frequentadas pela população –, sendo que os protestos se intensificaram à medida que esses espaços passaram a ser partilhados com banhistas e moradores. A ocorrência de casos de nudez integral, devidamente documentada, deve ser interpretada no quadro de uma ocupação funcional e predominantemente masculina do litoral, que apenas se tornou alvo de repressão quando entrou em colisão com os novos códigos de decência pública e com a crescente vigilância sobre a apresentação corporal nos espaços comuns.

Como forma de repressão às práticas de nudismo, as autoridades recorreram à aplicação de multas.

Imagem n.º 1 – Aplicação de multas por prática de nudismo



MULTAS

Pelo sr. comissario de policia foram ontem multados, na quantia de 2$60 cada um, Manuel Ramos e José Pombo Fernandes, por transgressão das posturas municipais.

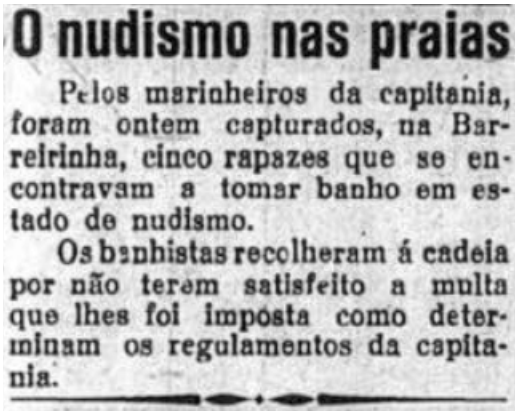
—Tambem foi multado Jacinto Pascoal de Aguiar, por tomar banho na praia desta cidade em estado de nudez.

Fonte: *Diário de Notícias*, 1922-08-15, n.º 14494, p. 3.

O não pagamento das coimas, previsto nos regulamentos da capitania, implicava a detenção dos infratores, reforçando o caráter disciplinador das normas. Na Barreirinha, cinco rapazes foram surpreendidos em flagrante e conduzidos à cadeia, exemplificando a vigilância exercida pelas autoridades sobre comportamentos considerados desviantes nos espaços balneares.

[43] Um episódio relatado no livro *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* ilustra a rigidez normativa quando um homem foi advertido por um agente da guarda por estar apenas de calções nos seguintes termos: «O senhor está nu! Vista-se ou então vai preso». Cf. FREIRE, 2010, *Amor e sexo no tempo de Salazar*, p. 76.

Imagem n.º 2 – Prisão de grupo de rapazes por prática de nudismo



O nudismo nas praias

Pelos marinheiros da capitania, foram ontem capturados, na Barreirinha, cinco rapazes que se encontravam a tomar banho em estado de nudismo.

Os banhistas recolheram á cadeia por não terem satisfeito a multa que lhes foi imposta como determinam os regulamentos da capitania.

Fonte: *Diário de Notícias*, 1933-08-23, n.º 17668, p. 2.

Apesar dos avisos e da fiscalização, o problema persistiu por mais de uma década, levando o Ministério do Interior, em ofício de 7 de junho de 1933 divulgado na imprensa regional, a reforçar a necessidade de medidas severas:

> «V. Ex.ª se digne providenciar para que sejam SEVERAMENTE reprimidas não só as praticas de nudismo nas praias portuguesas como também as exibições de pessoas em trajos que, pela sua simplicidade ou transparencia, ofendam a decencia e o pudor publico.»[44]

A publicação, em 1941[45], do artigo de opinião «O Uniforme de Banho», de Júlio Dantas, confirma que o debate sobre a moralidade balnear permanecia ativo. O autor defendia a proibição do nudismo não apenas por razões de ordem pública, mas também como salvaguarda dos valores morais e culturais nacionais, criticando a imitação de modas estrangeiras e a perda de originalidade da indumentária feminina portuguesa – preocupações que refletiam receios mais amplos sobre a identidade cultural e os efeitos da modernidade nos costumes.

Em contraste com a postura repressiva portuguesa, noutros países europeus, como a Alemanha, o naturismo florescia associado à saúde, à cultura física e à vida ao ar livre[46]. Embora em Portugal o nudismo permanecesse marginal e sujeito a repressão, os ideais naturistas encontraram expressões alternativas, como a proposta de Amílcar de Sousa, em 1929, para a criação de uma colónia naturista infantil na Madeira[47].

[44] *Diário de Notícias*, 1933-06-15, n.º 17614, p. 5.

[45] *Diário de Notícias*, 1941-06-06, n.º 20201, p. 1.

[46] CORREA, 2010, «Germanidade e banhos medicinais […]», p. 176.

[47] O projeto, concebido como um sanatório internacional, visava promover um estilo de vida saudável baseado no vegetarianismo, na exposição solar e no contacto com a natureza, refletido os ideais do naturismo europeu. Cf. BRAGA, 2022, «Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)», pp. 407-418.

Paralelamente, cresciam as preocupações com a higiene e a salubridade das praias e ribeiras. A acumulação de resíduos arrastados pelas chuvas e a falta de cuidados da população tornavam muitas zonas impróprias para banhos[48], afetando residentes e turistas. Em janeiro de 1923, foi denunciado o estado deplorável da praia a leste do cais, usada como depósito de lixo, o que motivou apelos à Câmara Municipal para concluir obras de saneamento e reforçar o policiamento[49]. Entre as medidas adotadas, destacou-se a proibição da limpeza de peixe na praia (6 de fevereiro de 1928)[50], que contribuiu para melhorar as condições ambientais e valorizar o espaço balnear.

Na década de 1930, as idas à praia começaram a estruturar-se como hábito coletivo. A natação, já presente no quotidiano insular, era então praticada de forma espontânea e informal – popularmente designada por «ir lavar-se»[51] –, revelando um contacto pouco ritualizado com o mar. Com o surgimento dos complexos balneares e o envolvimento dos clubes desportivos, na década de 1940[52], a modalidade ganhou expressão competitiva e passou a ser entendida como competência essencial à segurança dos banhistas[53].

O desenvolvimento turístico acelerou esta dinâmica. A construção de hotéis com acesso direto ao mar consolidou a imagem da Madeira como destino balnear de prestígio, enquanto o culto do bronzeado se popularizou entre as classes urbanas como sinal de modernidade e de estatuto social. Uma crónica de 28 de abril de 1937 satirizou esse fenómeno da seguinte forma:

> «As elegantes acham *chic* queimar a pele nos banhos de sol, porque isso, á falta de prova em contrario, é um documento afirmativo de que frequentaram a praia.
> […]
> Compunge-nos a alma, ver essas *calorentas* estendidas na areia sobre caprichosos colchões, a que a moda põe também seu *tic*, a *lagartichar*, ao sol, oferecendo a sua setinosa pele ás inclemencias dos causticantes raios do astro-rei.
> Até neste pormenór, a mulher exteriorisa a sua leviandade…»[54].

A comunidade médica passou a recomendar várias precauções: evitar as horas de maior calor, proteger costas e ombros, suspender a exposição solar durante o

[48] *Diário de Notícias*, 1922-09-20, n.º 14524, p. 1.
[49] *Diário de Notícias*, 1923-01-27, n.º 14626, p. 1.
[50] Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), *Editais, avisos e anúncios (1923-1928)*, fl. 169.
[51] SILVA, 1994, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, p. 192.
[52] *Diário de Notícias*, 1941-07-31, n.º 20253, p. 4.
[53] *Diário de Notícias*, 1941-07-17, n.º 20239, p. 1.
[54] *Diário de Notícias*, 1937-04-28, n.º 18749, p. 3.

período menstrual e adotar cuidados pós-solares para prevenir irritações cutâneas e insolação[55]. Essas orientações refletiam o debate crescente sobre higiene, naturismo e saúde pública, influenciando igualmente a regulação dos comportamentos nas praias e balneários.

Paralelamente, o vestuário de banho evoluiu rapidamente: dos fatos recatados, concebidos para cobrir grande parte do corpo, passou-se a modelos mais leves e funcionais, em sintonia com as tendências europeias[56].

Durante o Estado Novo, as orientações morais veiculadas pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa e por outras instâncias oficiais influenciaram fortemente os hábitos de indumentária na praia. Embora o Comissariado não dispusesse de competência legislativa direta sobre o vestuário balnear, defendia publicamente modelos de maiô com alças e comprimento até aos joelhos, alinhados com os ideais de virtude e pureza cristã[57]. As revistas juvenis – como *Menina e Moça* – amplificavam estas recomendações, aconselhando as raparigas a evitar peças consideradas "provocantes" e a cobrirem-se com saias após o banho, enquanto a fiscalização assegurava o cumprimento das normas: agentes da polícia de costumes chegavam ao ponto de medir o comprimento das saias e intervinham sempre que julgavam existir desvios às regras de decoro[58].

A Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa solicitou, no verão de 1933, ao ministro do Interior, uma clarificação sobre quais trajes de banho eram permitidos, alegando que cabos de mar proibiam indevidamente fatos de banho comuns e moralmente aceites[59]. Este pedido expôs a tensão entre a vontade de modernizar a oferta comercial e a vigilância moral do regime, revelando a ambiguidade normativa em torno do vestuário balnear.

Apesar deste rigor, as fotografias da época[60] mostram que, em áreas turísticas como a praia do Lido ou os hotéis costeiros, era habitual ver homens em tronco nu, sinalizando alguma tolerância nos locais com mais afluência de estrangeiros. Essa flexibilidade contrastava com o controlo mais apertado em praias menos frequentadas, onde a polícia de costumes intervinha de forma mais rigorosa.

---

55 *Diário de Notícias*, 1937-08-24, n.º 18865, p. 3.
56 *Diário de Notícias*, 1941-06-06, n.º 20201, p. 1.
57 FREIRE, 2010, *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, pp. 75-78.
58 FREIRE, 2010, *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, p. 80.
59 *Diário da Madeira*, 1933-07-04, n.º 6516, p. 2.
60 Exemplos disponíveis *online*: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no ABM: Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 800; e Perestrellos Photographos, n.º inv. 2456.

Desde 1937, os suplementos de moda do *Diário de Notícias* passaram a dedicar espaço significativo à indumentária balnear. A edição de 14 de julho[61] apresentou fotografias e ilustrações de trajes femininos, descrevendo cortes, tecidos e acessórios, e orientando os leitores na conjugação de elegância e conforto. Mais do que meros catálogos, esses suplementos consagravam o fato de banho como manifesto de feminilidade contemporânea e de posição social. Simultaneamente, espelhavam o dinamismo comercial em torno da moda de praia e conferiam-lhe legitimidade cultural.

Nos anos 1930, os fatos de algodão para homem e senhora custavam entre 12$50 e 15$00, enquanto os de lã podiam atingir 25$00. Havia ainda os chapéus de palha «próprios para praia e campo»[62], que completavam o guarda-roupa de veraneio e evidenciavam o cuidado crescente com a apresentação, bem como a consolidação de uma estética balnear moderna.

A encenação cuidadosa dos modelos, acompanhada de sugestões de peças complementares, revelava uma estratégia editorial voltada para moldar o gosto e fomentar o consumo. Ao vincular o vestuário balnear a valores de distinção, sofisticação e modernidade, estas revistas assumiam-se como agentes ativos na construção simbólica da mulher moderna.

Paralelamente, a imprensa regional passou a salientar as praias como palcos de lazer e convívio. Na primeira página de 4 de setembro de 1938, o *Diário de Notícias* estampou o título «A alegria das praias»[63], ilustrado com cenas de veraneio em destinos internacionais – como a Ilha de Wight, a Côte d'Azur e a praia de Saint--Jean-du-Pin. Esse destaque editorial articulava o entusiasmo local pelo litoral com modelos de turismo cosmopolita, oferecendo referências de lazer que inspiravam o público madeirense.

Em síntese, a evolução das práticas balneares na Madeira, entre as décadas de 1920 e 1940, testemunha a transição de usos terapêuticos ou laborais para rituais sociais de consumo e afirmação identitária. O fato de banho, o corpo em exposição e os gestos de convívio à beira-mar constituíram componentes centrais de uma estética balnear moderna, resultante tanto da receção de tendências internacionais como da emergência de novos estilos de vida insulares.

[61] *Diário de Notícias*, 1937-07-14, n.º 18824, suplemento n.º 1.
[62] *Diário da Madeira*, 1933-07-06, n.º 6518, p. 2.
[63] *Diário de Notícias*, 1938-09-04, n.º 19234, p. 1.

3. Infraestruturas e Sociabilidade: A Formação das Primeiras Praias de Banho

A consolidação do fenómeno balnear na Madeira, ao longo das primeiras décadas do século XX, processou-se de forma gradual, refletindo transformações sociais, culturais e turísticas. Este capítulo centra-se no surgimento das primeiras praias de banho, com especial atenção ao Funchal, onde se concentraram os principais investimentos públicos e privados destinados a fomentar o contacto com o mar.

Mesmo após o aparecimento de infraestruturas dedicadas ao lazer marítimo, a orla costeira manteve usos tradicionais ligados à pesca e ao comércio. No campo do Almirante Reis e nas imediações do cais da Entrada da Cidade, observavam-se embarcações varadas, redes estendidas e pequenas estruturas de apoio aos pescadores. Esta convivência de atividades económicas e de lazer evidencia a complexidade da apropriação do litoral, em que práticas emergentes de sociabilidade disputavam espaço com tradições laborais enraizadas.

A extensa praia Formosa, já apontada em 1928 como zona de elevado potencial balnear[64], ficou excluída dos primeiros projetos. A requalificação daquela zona foi adiada não apenas pelo difícil acesso e pela forte agitação marítima – frequentemente associada a acidentes, como documentado pela imprensa local em 1927 e 1933[65] –, mas também pela distância ao centro da cidade (num contexto em que as vias de comunicação eram limitadas e os transportes escassos) e pelo facto de, desde 1920, um vasto terreno na praia Formosa ter sido adquirido pela Shell, com vista à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, embora sem que tivesse sido apresentado qualquer projeto nesse sentido[66]. De igual modo, as propostas para aproveitar as poças naturais existentes entre o sítio do Gorgulho e a praia Formosa, em 1940[67], foram sucessivamente adiadas até ao final do século, quando se edificaram os complexos balneares da Ponta Gorda e da Doca do Cavacas. Embora concretizadas várias décadas depois, essas propostas serviram de base a projetos subsequentes e anteciparam uma visão mais inclusiva do ordenamento costeiro.

Nas secções seguintes serão analisados os primeiros espaços balneares identificados no Funchal no período em estudo, o papel das iniciativas particulares na criação de infraestruturas de veraneio e as dinâmicas de popularização. A comparação

[64] *Diário de Notícias*, 1928-08-19, n.º 16231, p. 1.
[65] *Diário de Notícias*: 1927-08-30, n.º 15950, p. 1; 1933-08-22, n.º 17667, p. 1.
[66] *Diário de Notícias*, 1956-09-02, n.º 26443, p. 7.
[67] *Diário de Notícias*, 1940-07-06, n.º 19880, p. 2.

entre o contexto urbano da capital e as zonas rurais permitirá compreender as desigualdades de acesso e as distintas formas de apropriação do litoral.

O mar assumiu um lugar central na vivência insular, tornando-se palco de novas formas de sociabilidade, de consumo e de afirmação identitária. A emergência dessa cultura balnear própria, transversal a variados estratos sociais, consolidou o litoral madeirense como cenário de convívio, distinção e modernidade.

3.1. O Surgimento de Práticas Termais na Madeira – O Balneário do Funchal

Antes mesmo da sua inauguração, o Balneário do Funchal surgia na imprensa regional como um projeto de grande impacto para a cidade. Numa entrevista ao *Diário de Notícias*[68], destacava-se a variedade de serviços terapêuticos – banhos de imersão em água doce e salgada, quentes e frios, banhos sulfurosos, duches escoceses e circulares, além de massagens – e o caráter moderno do estabelecimento, orientado para o bem-estar e a regeneração física sob supervisão médica.

O empreendimento, liderado por José Gregório Spínola, apresentava-se como inovador no contexto nacional, nomeadamente pelas instalações destinadas a banhos de água do mar. Localizado na rua do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, n.º 41, foi inaugurado a 6 de agosto de 1922. A imprensa sublinhou o rigor técnico e as condições de higiene, que vinham suprir uma lacuna na oferta de serviços de saúde balneares na Madeira[69]. A organização interna foi descrita da seguinte forma: «O edificio tem 12 casas de banho, 8 cabines para *toilette* dos duches, 2 salas para duches, sendo uma para senhoras e outra para homens, aquela no 1.º andar e esta no rez-do-chão.»[70]

O estabelecimento abriu portas com o seguinte tarifário, publicado na imprensa regional.

[68] *Diário de Notícias*, 1922-06-04, n.º 14440, p. 1.
[69] *Diário de Notícias*, 1922-08-08, n.º 14488, p. 1.
[70] *Diário de Notícias*, 1922-06-04, n.º 14440, p. 1.

Imagem n.º 3 – Tabela de preços dos serviços do Balneário do Funchal

CASA DE BANHOS

RUA DO CONSELHEIRO, 41

Preço dos banhos desta casa

Banho de emersão com lençol e toalha	2$50
» » » sem » » »	2$00
Serie de 10 banhos com lençol e toalha	20$00
» » » » sem » » »	15$00
Banhos de agua do mar com lençol e toalha	3$00
» » » » sem » » »	2$50
Serie de 10 banhos com lençol e toalha	25$00
» » » » sem » » »	20$00
Banho sulfuroso com lençol e toalha	5$00
» » sem » » »	4$500
Serie de 10 banhos com lençol e toalha	40$00
» » » » sem » » »	35$00
Massagem geral	5$00
» parcial	3$00
Duches simples, escocêses e circulares, com lençol e toalha	3$00
Duches sem lençol e toalha	2$50
Serie de 10 duches com lençol e toalha	25$00
« « « « sem « « «	20$00

Todos estes banhos são á temperatura que os clientes desejarem.

ABERTURA ÁS 7 E FECHA ÁS 13

Aos sabados abre novamente ás 7 da tarde e fecha ás 10

58

Fonte: *Diário da Madeira*, 1922-08-11, n.º 3380, p. 2.

A Empresa Balnear Limitada, fundada por Henrique Vieira de Castro e José Gregório Spínola (também diretor técnico e administrador), tornou-se proprietária do Balneário. A sua criação seguiu o modelo das estâncias termais continentais, como Vidago, Pedras Salgadas e Chaves[71]. O termalismo em Portugal, iniciado no final

[71] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 107.

do século XVIII, consolidou-se entre o final do século XIX e o início do século XX, articulando terapêutica e lazer[72].

O Balneário do Funchal oferecia banhos medicinais e serviços especializados para o tratamento de diversas patologias, nomeadamente reumatismos, doenças dermatológicas e distúrbios respiratórios. A valorização das águas como recurso terapêutico, turístico e social marcou um novo capítulo na cultura de saúde insular, antecipando desenvolvimentos posteriores no turismo termal da Madeira.

Os serviços estavam organizados em diferentes modalidades, com tarifas específicas e pacotes de dez sessões a preços mais reduzidos. O horário de funcionamento – das 7h às 13h, com abertura adicional aos sábados à noite – testemunha a elevada procura e a incorporação destes tratamentos na rotina urbana e na cultura de saúde madeirense.

Tal como ocorria nas estâncias termais do continente, o Balneário do Funchal aspirava a afirmar-se como espaço de regeneração física e de distinção social. A cerimónia de inauguração contou com a presença de personalidades de relevo, e o prestígio profissional de José Gregório Spínola[73] reforçou a reputação do empreendimento junto da sociedade local.

Em 1923, foi instalada uma piscina de água salgada[74], alargando as vertentes de lazer e terapêutica disponíveis. Quatro anos após a abertura, o estabelecimento já era reconhecido como ponto de referência para o bem-estar na Madeira: a piscina, designada como escola de natação para adultos[75], sublinhava o cariz educativo e preventivo do espaço.

No sexto aniversário, os dados divulgados revelavam a intensidade da utilização: mais de 10 000 duches escoceses, 2800 banhos sulfurosos, 5500 banhos de água salgada quente, 17 000 imersões em água doce, 8500 massagens manuais e elétricas, 2700 fricções e outros tratamentos especializados, além de 42 000 utilizações da piscina. Desde 1922, cerca de 1100 pessoas tinham aprendido a nadar naquele espaço, indicador do impacto na promoção da saúde e da cultura física na ilha[76].

A publicidade da época enfatizava a eficácia dos banhos sulfurosos e de água salgada, bem como das massagens, recomendadas sobretudo para reumatismos e

[72] CAVACO & MEDEIROS, 2008, *Turismo de Saúde e Bem-Estar* […], p. 104.
[73] *Diário de Notícias*, 1922-08-08, n.º 14488, p. 1.
[74] *Diário de Notícias*, 1923-02-06, n.º 14632, p. 1.
[75] *Diário de Notícias*, 1926-08-07, n.º 15643, p. 1.
[76] *Diário de Notícias*, 1928-08-07, n.º 16221, p. 2.

doenças de pele[77]. Um anúncio em inglês divulgava os benefícios terapêuticos e o horário alargado, revelando a estratégia de captação de clientela estrangeira.

Imagem n.º 4 – Publicidade do Balneário do Funchal em língua inglesa

Fonte: *Diário de Notícias*, 1929-03-05, n.º 16389, p. 4.

O horário foi ampliado em 1929, respondendo ao aumento da procura e reforçando a imagem de modernidade e eficiência do espaço. O Balneário destacou-se igualmente por iniciativas de saúde pública: promovia aulas de natação como método preventivo contra doenças e desenvolvia programas específicos destinados às camadas sociais mais desfavorecidas.

Ao longo das décadas, consolidou-se como referência incontornável no domínio da saúde e do bem-estar na sociedade madeirense, conjugando inovação técnica, vocação terapêutica e responsabilidade social. Para além da vertente terapêutica, afirmou-se como local de convívio, de educação física e de inclusão comunitária. Destacam-se as iniciativas promovidas junto das crianças do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal e da Escola de S. Luiz, que ali aprenderam a nadar e participaram em demonstrações públicas[78].

O impacto do Balneário estendeu-se para além dos tratamentos hidroterapêuticos, evidenciado pela cooperação com instituições públicas e pela organização de eventos sociais e desportivos. Registou-se atividade até, pelo menos, 1933, quando a piscina acolheu temporariamente um jacaré proveniente do Zaire[79] – episódio que ilustra a singularidade do estabelecimento e a sua capacidade de cativar a atenção pública[80].

[77] *Diário de Notícias*: 1934-12-01, n.º 18039, p. 5; 1935-05-08, n.º 18159, p. 3.

[78] *Diário de Notícias*, 1931-11-17, n.º 17161, pp. 1-2.

[79] MFM-AV, em depósito no ABM, Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 877; *Diário de Notícias*, 1933-03-28, n.º 17554, p. 1.

[80] Não obstante a notoriedade do *Balneário do Funchal*, permanece incerta a data de encerramento, o que reforça a necessidade de investigação histórica para preservar a memória dos primeiros espaços balneares na Madeira.

3.2. As Praias do Cais do Funchal: Usos e Transformações

A baía do Funchal, estendendo-se entre a Ponta do Garajau e a Ponta da Cruz, oferecia boas condições naturais de abrigo e ancoradouro, o que favoreceu tanto o uso portuário como o recreativo. O acesso à linha costeira realizava-se principalmente entre o Ilhéu da Pontinha e a fortaleza de Santiago, ao longo de cerca de dois mil metros de orla composta maioritariamente por praias de calhau rolado e de grande profundidade[81]. Embora a maioria desses troços fosse adequada para banho, existiam segmentos interrompidos por descontinuidades naturais, que inviabilizavam a prática balnear, bem como áreas reservadas a infraestruturas portuárias.

Zonas de embarque e desembarque conviviam com espaços de lazer, criando uma paisagem híbrida onde trabalho e recreio coabitavam. Para além da sua função utilitária, a baía do Funchal possuía um forte valor simbólico e afetivo na memória coletiva, reunindo apitos de navios, sinos de igrejas e ruídos urbanos numa paisagem sonora e visual profundamente enraizada no quotidiano local[82].

Impulsionada por prescrições médicas e pelas virtudes do clima insular[83], a valorização dos banhos de mar exigiu adaptações na orla: instalaram-se duches, barracas de banho e esplanadas para acolher os banhistas, gerando tensões entre tradição, modernidade e normas de conduta pública. Nas primeiras décadas do século XX, as praias junto ao cais consolidaram-se como verdadeiros espaços de convívio e regulação moral.

Maria Lamas[84] descreve um cais fervilhante: o hotel Golden Gate repleto de turistas, o burburinho dos vendedores ambulantes, o colorido das flores e o vaivém dos carros de bois. Guias ofereciam serviços turísticos, mergulhadores realizavam acrobacias em troca de moedas, e a chegada do vapor norueguês *Vénus* era saudada como sinal de prosperidade e de estabilidade do turismo. Este ambiente vibrante coexistia com as práticas balneares, conferindo ao espaço uma dinâmica multifuncional, marcada pela presença turística e pela informalidade do lazer.

O litoral funchalense apresentava usos diferenciados: a oeste do cais, as praias integravam o porto, servindo áreas de embarque, pesca e comércio; a leste, o calhau

---

81 SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 62.

82 MONIZ & SANTOS, 2011, «O Funchal na Narrativa Literária e na Crónica», pp. 30-37.

83 Sobre o caráter terapêutico dos banhos de mar no início do século XX, ver ESTEVES, 2014, «Lugares de cura e de lazer: praias e termas […]».

84 LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, pp. 564-565.

era local de descarga e venda de pescado[85] e de produtos agrícolas vindos das zonas rurais[86], inviabilizando o banho e reforçando a segmentação da orla. Mais a leste, no campo do Almirante Reis, registava-se o banho noturno, prática ainda restrita a poucos.

Somente a partir da década de 1930 se consolidaram espaços balneares estruturados. Até então, o usufruto ocorria de forma dispersa nas duas praias a oeste do cais: a chamada praia da "Elite", entre o cais e a ribeira de São João, e a de São Lázaro. Na praia da "Elite", partilhava-se o espaço com embarcações e zonas de carga e descarga, mas existiam um bar (com esplanada coberta por toldos e equipada com cadeiras de vime)[87], duches, barracas de banho[88] e aluguer de canoas (a 100 réis/hora). O quebra-mar contava com pranchas de mergulho[89] que animavam as sessões de banho. A praia de São Lázaro, de perfil mais popular, também oferecia duches, barracas e canoas, mas carecia de restauração, refletindo uma organização mais modesta, embora igualmente relevante no quotidiano balnear.

A distinção entre estas duas praias ilustra a segregação social que marcou o período inicial das práticas balneares em Portugal. Tal como na Póvoa de Varzim ou na Figueira da Foz, a burguesia urbana apropriou-se simbolicamente do litoral, impondo marcadores de classe através da localização, das infraestruturas e da estética do espaço[90].

A confirmação da localização tanto da antiga praia da "Elite" como da de São Lázaro baseou-se em fontes documentais e cartográficas – incluindo a *Planta Roteiro da Cidade do Funchal* […] (1910)[91] – e numa fotografia de época com a legenda manuscrita praia da "Elite"[92]. Atualmente, nenhuma dessas praias persiste: no sítio da antiga praia da "Elite" ergue-se hoje a marina do Funchal e, onde ficava a de São Lázaro, situa-se o Centro Náutico de São Lázaro. Tais transformações eliminam o vestígio físico, mas reforçam a importância da investigação histórica como meio de preservar a memória daqueles espaços, cuja relevância cultural perdura mesmo sem presença material.

---

85 MFM-AV, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 420; RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 8.

86 CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, p. 150.

87 MFM-AV, em depósito no ABM, Álvaro Nascimento Figueira, n.os inv. 104 e 1.29.

88 Posteriormente, as denominadas "barracas de banho" passaram a ser conhecidas como "cabines de banho", especialmente à medida que se tornaram estruturas fixas em madeira, com maior estabilidade e privacidade.

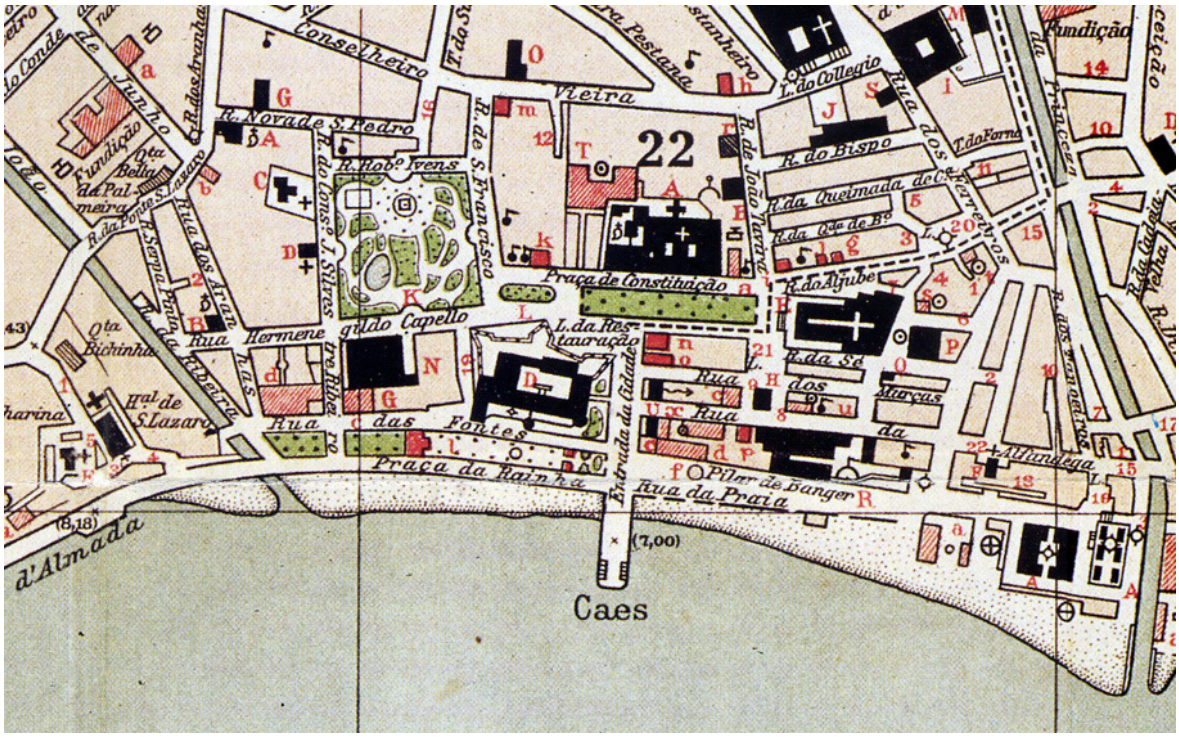
89 CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, p. 136.

90 Veja-se MARTINS, 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal.*

91 TRIGO & TRIGO, 1910, «Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910».

92 MFM-AV, em depósito no ABM, Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 537.

Imagem n.º 5 – Praias de banho junto ao cais da Entrada da Cidade



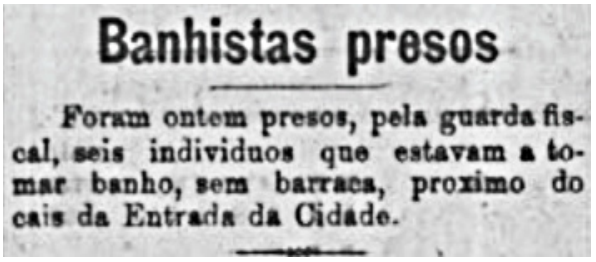
Fonte: TRIGO & TRIGO, 1910, *Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910*.

As barracas de banho implantadas nas praias a oeste do cais inseriam-se numa tendência nacional consolidada desde meados do século XIX – inicialmente em lona branca e, mais tarde, em madeira pintada – que proliferou nas principais praias do país. Estas estruturas ofereciam abrigo contra o sol e o vento e asseguravam privacidade para a troca de roupa[93]. Tornaram-se obrigatórias e adquiriram um significado simbólico, impondo o respeito pelas convenções sociais e reforçando um regime de vigilância crescente sobre o corpo e o espaço público.

No âmbito deste sistema de regulação, banhar-se fora das zonas autorizadas ou trocar de roupa sem recorrer às barracas implicava sanções. Em 1922, seis jovens foram detidos por esse motivo, episódio reportado pelo *Diário de Notícias*[94]. A divulgação pública do incidente reforçava os códigos de conduta social, legitimava a ação repressiva das autoridades e atribuía ao uso balnear sem barraca um caráter de transgressão moral e cívica.

[93] MARTINS, 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*, pp. 90-91.
[94] *Diário de Notícias*, 1922-08-12, n.º 14492, p. 1.

Imagem n.º 6 – Prisão de grupo de rapazes por prática de tomar banho em zona não autorizada



Banhistas presos

Foram ontem presos, pela guarda fiscal, seis individuos que estavam a tomar banho, sem barraca, proximo do cais da Entrada da Cidade.

Fonte: *Diário de Notícias*, 1922-08-12, n.º 14492, p. 1.

A centralidade das barracas nas praias do continente português refletia-se no papel multifacetado dos banheiros, responsáveis não só pela montagem e manutenção dessas estruturas, mas também pela vigilância e salvamento dos banhistas. Em Espinho, alguns foram condecorados pelos resgates efetuados[95]. No Funchal, relatos de salvamentos locais[96] reforçavam esse duplo papel: garantir a segurança dos banhistas e consolidar a atividade balnear como ocupação profissional legitimada e valorizada.

A ampliação do cais da Entrada da Cidade, inaugurada a 28 de maio de 1933[97], marcou uma nova fase no ordenamento da frente marítima, com efeitos diretos na organização dos espaços balneares. O surgimento das primeiras infraestruturas balneares resultou de um processo gradual de apropriação do litoral urbano, marcado por tensões entre tradição e modernidade, saúde e lazer, vigilância e liberdade.

O crescimento do turismo e o impulso modernizador da cidade estimularam a construção de avenidas marginais, intensificando a articulação entre o tecido urbano e o litoral[98] e projetando uma nova estética urbana voltada para o mar. O cais da cidade, para além do seu papel portuário e comercial, consolidou-se como ponto de encontro entre trabalho, ócio, turismo e moralidade pública. Esse território simbólico foi palco de transformações sociais profundas ao longo do século XX, negociando valores, normas de conduta e imaginários identitários no diálogo entre cidade e mar.

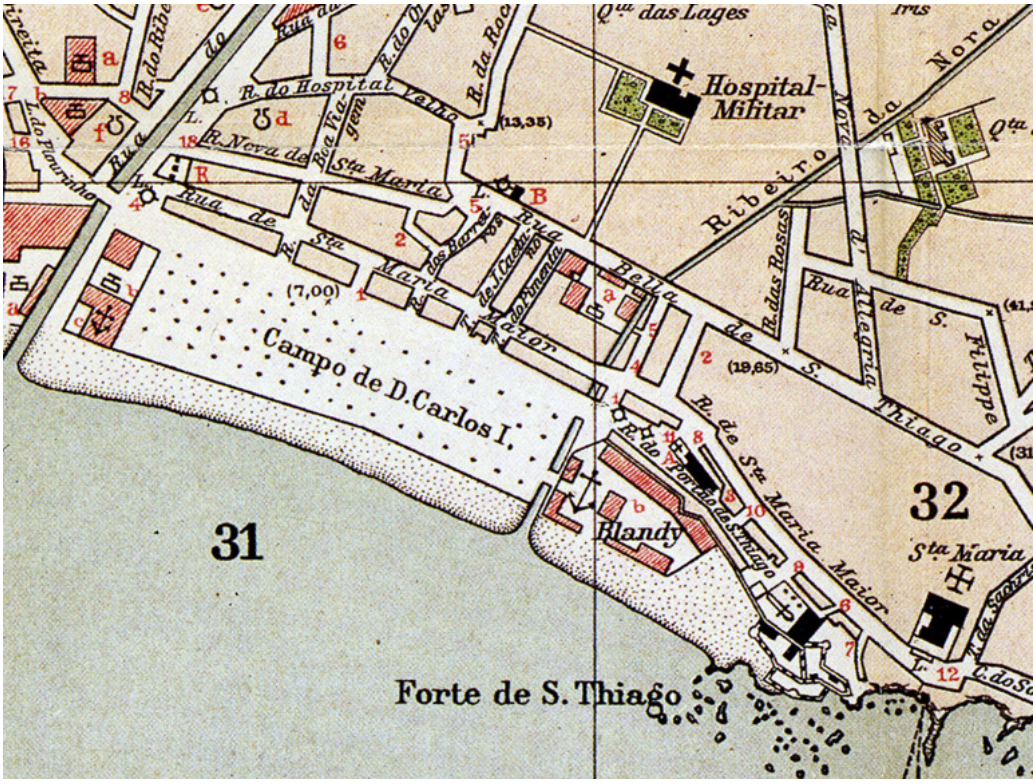
[95] SOARES, 2023, «As praias de antigamente».
[96] *Diário da Madeira*, 1933-09-29, n.º 6590, p. 1.
[97] *Diário de Notícias*, 1933-05-30, n.º 17603, p. 1.
[98] GAMA, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, p. 31.

3.3. O Campo do Almirante Reis e a Expansão das Práticas Balneares no Funchal

A reconfiguração urbana da frente marítima do Funchal, no final do século XIX, deu origem ao que hoje se conhece como campo do Almirante Reis.

Entre 1898 e 1901, aquela área foi integralmente requalificada, englobando terrenos do antigo forte de São Pedro, parte das muralhas da cidade, o extinto campo das Loucas (ou "Challons") e a Praça Académica. A intervenção visava não só otimizar a funcionalidade da orla, mas também conferir-lhe um novo valor simbólico e político. A inauguração como campo de D. Carlos I, por ocasião da visita real, reforçou o vínculo entre o espaço público e a monarquia. Em 1911, a renomeação para campo do Almirante Reis, após a implantação da República, inscreveu a mudança de regime na memória coletiva da cidade[99].

Imagem n.º 7 – O campo de D. Carlos I (renomeado campo do Almirante Reis em 1911)



Fonte: TRIGO & TRIGO, 1910, *Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910*.

[99] SAINZ-TRUEVA, 2004, «O Bairro de Santa Maria (séc. XIX-XX)», pp. 61-62.

Desde o início do século XX, aquele espaço acolheu exercícios militares, festivais de atletismo e encontros de futebol. Em 1910, os jovens fundadores do Clube Sport Marítimo reuniram-se ali[100], reforçando a ligação entre desporto e identidade local. A toponímia de uma rua adjacente – que liga o antigo campo à fortaleza de Santiago – preservou a evocação de D. Carlos I.

Na década de 1930, o campo do Almirante Reis sofreu uma notável transformação balnear. Por iniciativa de jovens locais, instalaram-se barracas, duches e guarda-sóis[101], democratizando o acesso ao mar e diversificando as práticas de lazer. Em 1931, a The Madeira Engineering Company ocupou parte do antigo Arsenal de São Tiago, unindo reparação naval e pesca na orla oriental.

A 29 de maio de 1932, abriu a praia Estrela Azul, de José Rodrigues (*Barrinhas*) e José Gouveia. O espaço destacava-se pela infraestrutura moderna: prancha de mergulho, canoas para aluguer, luz elétrica, água canalizada, boias, coletes de segurança e bar de apoio[102]. Pouco depois, os futebolistas Manuel Ramos (*Janota*) e Domingos de Vasconcelos fundaram a praia do Sol, com Manuel Fernandes (*Preto*) e António de Castro (*Frascas*) como nadadores-salvadores. O espaço dispunha de oito cabines de madeira para senhoras, um ginásio e instalações elétricas de qualidade, configurando-se como uma orla «em harmonia com os preceitos médicos»[103].

Entre dezembro de 1932 e 1935, o campo do Almirante Reis acolheu touradas numa arena provisória de madeira com bancadas elevadas[104]. Apesar do prestígio trazido por cavaleiros continentais, o projeto de construção de uma arena em betão armado[105] não avançou e a estrutura foi desmontada em dezembro de 1935. Esse episódio ilustra como desporto, lazer balnear e espetáculos públicos coexistiam naquele espaço no período entre guerras.

A 18 de junho de 1933, inaugurou-se a praia da Lua, gerida por Garcia, Ernesto e Companhia. João da Silva Teles (*Garcias*) ganhou notoriedade ao salvar mais de 30 banhistas[106], reforçando o prestígio dos banheiros como agentes de segurança. À noite, o local passou a acolher bailes, festas, sessões de cinema ao ar livre e concertos, fortalecendo o convívio comunitário. Contudo, as instalações concessionadas –

[100] SAINZ-TRUEVA, 2004, «O Bairro de Santa Maria (séc. XIX-XX)», pp. 61-62.
[101] *Diário de Notícias*, 1931-08-01, n.º 17072, p. 1.
[102] *Diário de Notícias*, 1932-05-28, n.º 17311, p. 2.
[103] *Diário de Notícias*, 1932-06-01, n.º 17314, p. 2.
[104] *Diário de Notícias*, 1932-12-24, n.º 17481, p. 3.
[105] *Diário da Madeira*, 1933-01-29, n.º 6399, p. 1.
[106] *Diário da Madeira*, 1933-09-29, n.º 6590, p. 1.

delimitadas por tapumes – foram criticadas por obstruírem a vista para o mar[107], revelando tensões entre uso privado e usufruto público.

O verão de 1934 introduziu a cobrança de entrada – 1$00 por pessoa, com acesso gratuito para crianças – para custear a manutenção dos equipamentos[108]. A 26 de maio de 1935, surgiu a praia Nossa Senhora da Nazaré (mais tarde Vogas[109]), com restaurante de apoio[110]. Também existia uma praia da Elite"[111], animada por grupos infantis e pelo conjunto musical "10 de Junho"[112], sublinhando a vertente lúdica da orla oriental.

A 17 de maio de 1936, as cinco praias – Estrela Azul, Sol, Lua, Nossa Senhora da Nazaré/Vogas e Elite – foram unificadas sob o a designação de praia Oriental[113]. A inauguração oficial, a 7 de junho, contou com a presença do governador civil e de outras autoridades, que sublinharam o caráter social do projeto: «as crianças das escolas e instituições de assistencia, que necessitam de sol e banhos de mar, assim como as classes pobres, terão ali ensejo de gosar esse benefício gratuitamente.»[114]

Mantiveram-se barracas, bar, restaurante e coreto[115], e a praia Oriental tornou-se um polo desportivo, recebendo competições de natação, polo aquático, mergulho e vela[116], e atraindo numeroso público no verão[117].

Em 1938, foi anunciada a construção, na zona, do primeiro parque infantil dedicado a crianças pobres, com promessa de oferecer uma refeição diária[118]. À noite, o campo transformava-se num vibrante centro cultural, acolhendo teatro, música e

[107] *Diário de Notícias*, 1934-06-20, n.º 17903, p. 3.
[108] *Diário de Notícias*, 1934-08-01, n.º 17937, p. 1.
[109] *Diário de Notícias*: 1933-06-17, n.º 17615, p. 2; 1935-06-20, n.º 18193, p. 3.
[110] *Diário de Notícias*, 1935-05-26, n.º 18175, p. 2.
[111] As primeiras referências à chamada praia da "Elite" oriental datam de 1933, tendo sido extinta pela unificação das praias em 1936. A designação parece recuperar, de forma simbólica, a distinção social já presente na praia da "Elite" situada a oeste do cais, entre a ribeira de São João e o cais da cidade, frequentada por grupos urbanos mais abastados nas décadas anteriores.
[112] *Diário de Notícias*: 1935-08-11, n.º 18235, p. 8; 1935-08-15, n.º 18238, p. 1; 1935-09-19, n.º 18267, p. 3; 1935-10-15, n.º 18288, p. 5; 1936-02-05, n.º 18378, p. 2.
[113] *Diário de Notícias*, 1936-05-16, n.º 18459, p. 4.
[114] *Diário de Notícias*, 1936-06-09, n.º 18476, p. 4.
[115] *Diário de Notícias*, 1936-05-24, n.º 18465, p. 4.
[116] *Diário de Notícias*: 1938-07-31, n.º 19199, p. 7; 1938-09-02, n.º 19232, p. 2; 1938-09-12, n.º 19242, p. 1; 1938-09-16, n.º 19246, p. 2; 1938-09-21, n.º 19251, p. 2.
[117] *Diário de Notícias*: 1938-08-20, n.º 19219, p. 2; 1938-08-22, n.º 19221, p. 2; 1938-08-25, n.º 19224, p. 3; 1938-09-05, n.º 19235, p. 2; 1938-09-14, n.º 19244, p. 1.
[118] *Diário de Notícias*, 1938-09-09, n.º 19239, p. 4.

cinema ao ar livre[119]. A vizinha praia de São João[120] manteve programação própria – fado, ilusionismo e projeções cinematográficas[121]–, alargando a oferta de lazer na orla oriental. Nesse mesmo ano, a prática desportiva também ganhou destaque com a realização de competições de *water-polo* entre equipas locais[122], que contribuíram para o dinamismo recreativo da zona costeira e para o envolvimento da comunidade nas atividades balneares.

As sessões de cinema ao ar livre, entre 1938 e outubro de 1939[123], estreitaram a experiência balnear, integrando cultura e ambiente costeiro. Apesar de existirem salas fixas na cidade (Cine-Parque, Teatro-Circo, Teatro Municipal e Teatro Arriaga), as projeções junto ao mar conferiam ao verão funchalense um caráter inovador e popular.

Este período de organização balnear evidencia a complexidade de articular interesses públicos e privados, bem como de equilibrar modernidade e tradição. À semelhança do que ocorria em diversas estâncias do continente[124], o Funchal implementou tanto iniciativas de caráter popular como atividades concessionadas – desde barracas e serviços de aluguer de canoas até à presença de nadadores-salvadores –, elementos que desempenharam um papel determinante na consolidação das práticas balneares locais.

Atualmente, o campo do Almirante Reis apresenta-se reinventado: teleférico, jardins, parque de estacionamento, ETAR, pista de *skate* e unidade hoteleira convivem com uma orla balnear reestruturada. O *Monumento ao Jogador de Futebol*, no jardim, evoca o passado desportivo e reforça a memória coletiva num território onde cidade e mar continuam a interligar-se.

---

[119] SAINZ-TRUEVA, 1997, «A Barreirinha», p. 65.

[120] Esta praia, também situada na zona do campo do Almirante Reis, não foi incluída no processo de fusão de 1936, mantendo-se independente. As primeiras referências encontradas sobre este local datam de 1936.

[121] *Diário de Notícias*: 1936-07-05, n.º 18494, p. 2; 1940-06-23, n.º 19868, p. 4; 1940-06-26, n.º 19871, p. 2; 1940-08-03, n.º 19908, p. 2; 1940-08-06, n.º 19911, p. 2; 1940-09-14, n.º 19949, p. 2; 1940-09-29, n.º 19964, p. 3.

[122] *Diário de Notícias*: 1938-08-20, n.º 19219, p. 3; 1938-08-22, n.º 19221, p. 2; 1938-09-05, n.º 19235, p. 2.

[123] *Diário de Notícias*: 1938-07-06, n.º 19174, p. 2; 1938-07-30, n.º 19198, p. 3; 1938-08-26, n.º 19225, p. 2; 1938-08-27, n.º 19226, p. 3; 1938-08-29, n.º 19228, p. 2; 1938-09-06, n.º 19236, p. 2; 1938-09-10, n.º 19240, p. 2; 1938-09-18, n.º 19248, p. 5; 1938-09-29, n.º 19259, p. 2; 1939-06-15, n.º 19509, p. 6; 1939-06-22, n.º 19516, p. 3; 1939-10-22, n.º 19636, p. 3.

[124] Vejam-se MARTINS, 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*; SOARES, 2023, «As praias de antigamente»; e, FERREIRA, 2023, *As Sociabilidades Balneares na Póvoa de Varzim* […].

3.4. Iniciativas de Vilegiatura Balnear na Ruralidade

A cultura dos banhos de mar expandiu-se para freguesias rurais e semiurbanas, evidenciando uma descentralização gradual das práticas balneares na Madeira. Embora o Funchal concentrasse os principais investimentos em infraestruturas, localidades como Machico, Ribeira Brava, Prainha do Caniçal e Porto Moniz demonstram como o litoral insular foi progressivamente apropriado para lazer, saúde e convívio comunitário. Estas iniciativas, de carácter tanto público como privado, contribuíram para integrar o território no circuito turístico e para democratizar o acesso aos banhos de mar.

As ligações de cabotagem marítima desempenharam um papel decisivo na difusão do turismo costeiro fora do Funchal. Nas décadas de 1920 e 1930, os vapores *Gavião*, *Butio* e *Falcão* asseguravam rotas regulares para Ponta Delgada, Porto da Cruz, Faial, Porto Santo, Porto Moniz e Seixal[125], facilitando o acesso a praias periféricas e atraindo veraneantes. Paralelamente, organizavam-se excursões de lazer às Desertas[126], ao Porto Moniz[127] e viagens programadas ao Porto Santo[128], combinando transporte e recreio costeiro num único programa.

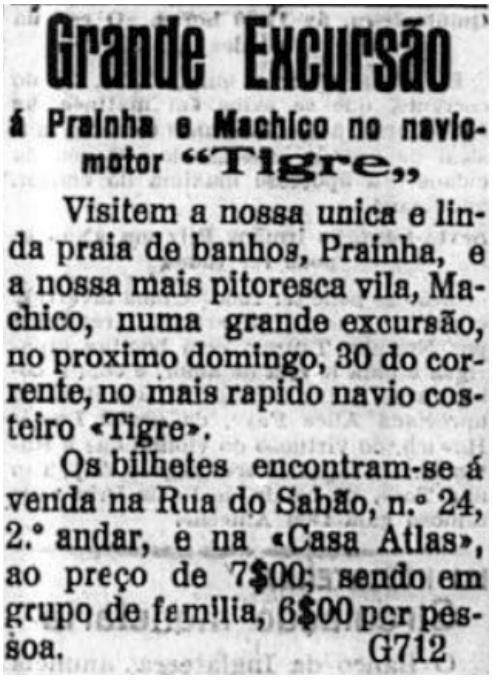
Em Machico, um artigo de 1922 sublinhou o potencial lúdico e turístico da praia local, lamentando o seu subaproveitamento[129]. Cinco anos depois, o *Hotel Vieira* passou a promover a proximidade da «praia de banhos»[130], sinalizando uma oferta hoteleira voltada para o lazer junto ao mar. Em 1928, o *Diário de Notícias* reportou o aumento do movimento estival na vila: «A sua formosa praia apresenta agora um aspecto bastante interessante pelo seu grande número de barracas e pelos muitos banhistas que a frequentam todas as manhãs.»[131] A reportagem elogiava também a limpeza das ruas, a pintura das casas e a instalação de candeeiros de petróleo, investimento feito pela autarquia, reforçando a articulação entre valorização urbana e promoção balnear. Em 1929, instalaram-se barracas de banho na praia, equipadas

[125] *Diário de Notícias*: 1923-07-17, n.º 14758, p. 1; 1933-08-05, n.º 17654, p. 1; 1938-09-09, n.º 19239, p. 1.
[126] *Diário de Notícias*, 1931-07-09, n.º 17052, p. 4.
[127] *Diário de Notícias*, 1923-07-17, n.º 14758, p. 2.
[128] *Diário de Notícias*: 1925-08-18, n.º 15360, p. 3; 1927-08-03, n.º 15928, p. 2; 1933-08-05, n.º 17654, p. 1.
[129] *Diário de Notícias*, 1922-10-19, n.º 14547, p. 1.
[130] *Diário de Notícias*, 1927-06-10, n.º 15886, p. 2.
[131] *Diário de Notícias*, 1928-08-31, n.º 16241, p. 1.

com duches e com áreas reservadas para mulheres, crianças e homens[132], reforçando a vocação turística da vila e consolidando, ao longo da década de 1940, a sua atratividade como destino de veraneio na Madeira[133].

Na Prainha do Caniçal, a 15 de julho de 1939, uma grande excursão marítima a bordo do navio *Tigre* levou numerosos veraneantes até à «única e linda praia de banhos»[134], como descreveu o *Diário de Notícias*. Este evento revelou o reconhecimento do potencial recreativo dos espaços periféricos e reforçou a relação entre lazer balnear e transporte costeiro, consolidando também a Prainha como destino balnear.

Imagem n.º 8 – Excursão marítima à Prainha



Grande Excursão

á Prainha e Machico no navio-motor "Tigre,,

Visitem a nossa unica e linda praia de banhos, Prainha, e a nossa mais pitoresca vila, Machico, numa grande excursão, no proximo domingo, 30 do corrente, no mais rapido navio costeiro «Tigre».

Os bilhetes encontram-se á venda na Rua do Sabão, n.º 24, 2.º andar, e na «Casa Atlas», ao preço de 7$00; sendo em grupo de familia, 6$00 por pessoa. G712

Fonte: *Diário de Notícias*, 1939-07-25, n.º 19549, p. 3.

No noroeste da ilha, o Porto Moniz destacou-se pelas poças naturais formadas por rochas vulcânicas. Em 1940, sob a direção do engenheiro Américo Homem de Gouveia, a comunidade mobilizou-se no sistema tradicional da «roda de caminho» para construir passeios, balneários e um bar de apoio[135], integrando elementos

[132] *Diário de Notícias*, 1929-06-29, n.º 16475, p. 4.
[133] *Diário de Notícias*, 1941-07-28, n.º 20250, p. 1.
[134] *Diário de Notícias*, 1939-07-25, n.º 19549, p. 3.
[135] A denominada "roda de caminho" era um sistema de trabalho braçal coletivo, mobilizado pelas comunidades locais, para a construção e manutenção de obras públicas (arruamentos, muros, pontes, etc.). Cf. RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a História do Concelho*, p. 42.

naturais com intervenção humana. Embora hoje seja considerado um complexo balnear, na época funcionava sobretudo como uma praia melhorada, refletindo uma visão moderna e organizada do aproveitamento costeiro. O desenvolvimento beneficiou ainda das ligações regulares operadas pela Empresa Funchalense de Cabotagem, reforçando o papel da vila como destino turístico emergente.

Na Ribeira Brava, a 17 de julho de 1956, inauguraram-se as primeiras infraestruturas balneares: três cabines na beira-mar – uma equipada com água potável e duas destinadas à troca de roupa –, num evento oficial com a presença de autoridades, salva de morteiros e decoração festiva[136], sublinhando o compromisso municipal em promover o espaço balnear como elemento central da vida social e turística local.

Estes exemplos ilustram ritmos distintos de apropriação do litoral madeirense, impulsionados por autoridades locais e por empreendedores privados. Contribuíram para forjar uma identidade balnear descentralizada, integrando comunidades rurais e semiurbanas no panorama do lazer costeiro. A pluralidade de iniciativas revela não apenas a expansão geográfica das práticas balneares, mas também a diversidade de agentes – de hoteleiros e empresários a coletividades e autarquias – envolvidos na sua promoção.

4. O Início da Hotelaria Costeira e a Ascensão do Turismo

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a hotelaria portuguesa conheceu um impulso significativo, com o surgimento de pensões, hotéis de maior dimensão, balneários e casinos[137]. Este desenvolvimento reforçou o apelo terapêutico e recreativo de várias regiões, estabelecendo uma relação estreita entre alojamento, saúde e lazer, que viria a moldar o perfil turístico nacional ao longo do século XX. Na Madeira, esse movimento nacional encontrou expressão própria, verificando-se igualmente um desenvolvimento significativo do setor hoteleiro, acompanhado pela crescente projeção da ilha como destino turístico.

Face à escassez inicial de unidades hoteleiras, os visitantes recorriam frequentemente a pensões, albergarias e quintas madeirenses[138]. Construídas sobretudo a partir do século XVIII por famílias inglesas ou nobres portugueses,

[136] *Diário de Notícias*, 1956-07-18, n.º 26398, p. 2.
[137] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 111.
[138] CALDEIRA, 2023, «Hotéis Madeirenses: Memórias a Preto e Branco», p. 6.

as quintas destacavam-se pelo traçado arquitetónico tradicional, pelos jardins exuberantes e pela localização privilegiada. Muitas foram gradualmente reconvertidas em hotéis ou casas de hóspedes, preservando o seu charme original e sublinhando a hospitalidade refinada associada ao passado aristocrático do território[139].

Em 1891, foi inaugurado o Reid's New Hotel – atualmente Belmond Reid's Palace – um marco na história da hotelaria madeirense e um dos primeiros exemplos de turismo costeiro de luxo em Portugal. Idealizado por William Reid, escocês radicado na Madeira, foi o primeiro hotel "moderno" construído no Funchal, concluído pelos seus filhos após a sua morte. Ergueu-se entre o Ribeiro Seco e o «Salto do Cavallo», a cerca de 45 metros de altitude sobre o mar[140], e, ao longo das décadas seguintes, passou por várias denominações (New Palace Hotel, Reid's Palace Hotel), tornando-se referência incontornável pela conjugação de conforto, sofisticação e benefícios terapêuticos dos banhos marinhos. Frequentado por figuras de relevo como Winston Churchill, George Bernard Shaw e a imperatriz Sissi, entre outros, inaugurou um modelo de excelência voltado para a clientela internacional e influenciou profundamente os empreendimentos turísticos subsequentes na Madeira.

Ainda em 1891, William Reid obteve licença para gerir outros estabelecimentos no Funchal: o Royal Edinburgh Hotel, o German Hotel (antigo Schlaff), o Carmo Hotel (antigo Miles) e o Santa Clara[141], reforçando a sua posição central na consolidação da oferta turística da ilha.

O Savoy Hotel (hoje Madeira Royal Savoy) foi inaugurado em 1912 na rua Imperatriz Dona Amélia, aproveitando um núcleo original anterior e garantindo acesso direto ao mar. Demolido na década de 1920, deu lugar a um novo edifício de cinco pisos que, à semelhança do Reid's, oferecia área balnear privativa[142].

O Atlantic Hotel (atual Pestana Carlton Madeira) aparece pela primeira vez no *Power's Guide* de 1914, que o indica como estabelecido em 1898 e posteriormente reconstruído em 1913[143]. Em 1930 promoveu a remoção dos rochedos na praia adjacente, construiu escadarias de acesso[144] e instalou campos de ténis e jardins

[139] LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p. 305.
[140] TRIGO & TRIGO, 1910, *Roteiro e guia do Funchal*, p. 25.
[141] Vejam-se GUERRA, 2010, «Funchal: Breve cronologia 1419-1976», p. 184; e MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], pp. 18-24.
[142] MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], p. 23.
[143] MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], p. 24.
[144] *Diário de Notícias*, 1931-04-19, n.º 16994, p. 1.

exuberantes[145], criando um ambiente integrado de repouso, lazer e sofisticação balnear.

Esse investimento em infraestruturas de praia coincidiu com uma fase de promoção internacional da Madeira: já nos finais da década de 1920 e ao longo dos anos 1930, apesar das limitações logísticas e financeiras, relatos como o do jornalista Fish, do *Daily Mail* – que comparou a ilha à Riviera Francesa[146] –, e matérias no *Diário de Notícias* dedicadas à «Propaganda da Madeira»[147] evidenciavam o crescente reconhecimento europeu do destino. Em dezembro de 1930, uma página inteira da imprensa foi dedicada a imagens das zonas balneares, destacando o Reid's Palace Hotel[148] e reforçando o discurso turístico em torno do potencial costeiro e da hospitalidade madeirense.

A 29 de julho de 1931, o artigo «Na praia o culto do sol, o culto da água»[149] realçou a viragem do litoral, de espaço marginal para núcleo vibrante da vida social madeirense, com mulheres a banhar-se, crianças a brincar, senhoras a bordar e grupos a apanhar sol. Nesse mesmo ano, a participação da Madeira na Grande Feira de Leipzig, com stand próprio, sinalizou uma nova postura de promoção externa, atraindo visitas regulares de jornalistas nacionais e estrangeiros e cimentando laços com mercados estratégicos[150].

Publicações como a *Ilustração Madeirense* tornaram-se instrumentos de propaganda direcionados ao público estrangeiro. O n.º 6 da revista[151] descrevia a ilha como o «flower garden of the Atlantic», enfatizando o clima ameno durante todo o ano, as ligações marítimas regulares com portos europeus e a oferta hoteleira de alto nível. Paralelamente, clubes privados promoviam ténis, squash, badminton e golfe, alargando as possibilidades de lazer da alta sociedade e reforçando a imagem da Madeira como destino cosmopolita.

Em 1932, a recém-criada Comissão de Festas da Cidade animou o Funchal com festejos de fim de ano, iluminação festiva e eventos nos hotéis, afirmando a capital madeirense como um local apetecível também para a passagem de ano[152].

---

145 «A Previsão», 1932, p. 25.
146 *Diário de Notícias*, 1928-03-30, n.º 16120, p. 1.
147 *Diário de Notícias*, 1930-08-06, n.º 16795, p. 1.
148 *Diário de Notícias*, 1930-12-21, n.º 16909, p. 5.
149 *Diário de Notícias*, 1931-07-29, n.º 17069, p. 1.
150 BARROS *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo* […], p. 10.
151 «Where to Spend the Winter […]», 1933, verso da capa.
152 BARROS *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo* […], p. 10.

O *Diário de Notícias* deu destaque à modernização das praias do campo do Almirante Reis – que dispunham de barracas iluminadas para banhos noturnos, água doce canalizada e guarda-sóis ao estilo das grandes estâncias continentais[153] –, evidenciando o empenho das autoridades e da sociedade madeirense em adaptar o litoral às expectativas do turismo emergente e às exigências da modernidade balnear.

Em 1936, a instalação do Casino da Madeira na Quinta Vigia – que oferecia jogos, espetáculos e restauração –, e o Decreto-Lei de 5 de setembro[154], que criou a Delegação de Turismo da Madeira, sob tutela do Ministério do Interior, formalizaram a institucionalização do setor na região. Sob a presidência de João Abel de Freitas (1937-1947), a Delegação de Turismo da Madeira passou a regulamentar, fiscalizar e promover o turismo, alinhando-se às diretrizes do Estado Novo, que via no setor um instrumento económico, civilizacional e de propaganda nacional[155]. Nessa altura, o Funchal recebia, em média, milhares de visitantes anuais, exigindo infraestruturas de restauração, piscinas e zonas balneares equipadas, cuja concretização coube, em grande parte, à Delegação de Turismo da Madeira.

Assim, ao longo da década de 1930, a Madeira consolidou-se como destino de prestígio internacional ao articular hotelaria de luxo, reconversão de quintas senhoriais, valorização dos banhos de mar e estratégias de promoção em feiras e revistas. Inaugurou-se uma cultura balnear em que saúde, lazer e distinção social se entrelaçavam numa imagem moderna, cosmopolita e alinhada com os padrões internacionais de turismo costeiro.

5. O Surgimento dos Primeiros Complexos Balneares

Inicialmente conhecidas apenas como praias ou balneários, essas áreas evoluíram, ao longo do século XX, para estruturas mais amplas e multifuncionais, hoje designadas como complexos balneares.

Nas décadas de 1930 e 1940, o Funchal viveu uma transformação urbana e social, impulsionada pela afirmação do turismo como pilar económico da cidade e pela crescente procura dos banhos de mar. Zonas antes puramente funcionais ou terapêuticas ganharam acessos pavimentados, infraestruturas de apoio e

[153] *Diário de Notícias*, 1932-07-17, n.º 17349, p. 1.
[154] *Diário do Governo*, 1936-09-05, n.º 209/1936, Série I, Decreto-Lei 26980.
[155] BARROS *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo* […], p. 13.

equipamentos de lazer, refletindo a nova visão do litoral como espaço estruturado de convívio e entretenimento.

No verão de 1932, a zona do Gorgulho foi a primeira a receber uma intervenção significativa: a Câmara Municipal, com o apoio da Junta Geral do Distrito e da Junta Autónoma, converteu poças naturais numa piscina pública[156], descentralizando a oferta de lazer e democratizando o acesso ao mar.

Nos subcapítulos seguintes, serão analisados, de forma pormenorizada, os dois primeiros complexos balneares edificados no Funchal durante a década de 1930: a Barreirinha e o Lido.

5.1. O Lido: Modernidade, Sociabilidade e Cosmopolitismo Balnear

A 22 de fevereiro de 1933, a concessão para exploração da piscina do Gorgulho foi atribuída a Braheem Abdo Kassab, comerciante britânico residente na Madeira, por quinze anos contados a partir da conclusão das obras[157]. O seu plano articulava infraestruturas convencionais – cabines de banho, solários e instalações sanitárias – com equipamentos inovadores: ginásio, tobogã (*water chute*), bar climatizado, esplanada coberta e zonas de recreio aquático com pranchas, barcos e jogos. Estava ainda prevista a criação de uma praia de areia artificial, solução inspirada nos modelos balneares europeus mais avançados, bem como um passeio em redor do recinto para reforçar a circulação pública. Kassab anunciou também planos para viajar para os Estados Unidos em busca de novas ideias, com especial atenção a modalidades desportivas, e para promover a Madeira junto de novos públicos[158].

Em troca da isenção de taxas municipais, comprometeu-se a vedar o recinto com comportas, a construir uma escadaria e uma rampa de acesso e a erguer, em betão armado, um edifício de dois pisos com pelo menos dezasseis cabines de banho por piso. O contrato previa instalações sanitárias separadas para homens e mulheres e reservava duas horas diárias de acesso gratuito para crianças carenciadas do concelho[159], reforçando o direito social ao lazer e a democratização do acesso ao mar.

---

[156] *Diário de Notícias*, 1932-08-14, n.º 17373, p. 4.

[157] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Contrato da Concessão da Exploração da Piscina do Gorgulho*, 22 de fevereiro de 1933, pp. 88-91.

[158] *Diário de Notícias*, 1933-02-28, n.º 17532, pp. 1 e 3.

[159] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Contrato da Concessão da Exploração da Piscina do Gorgulho*, 22 de fevereiro de 1933, pp. 88-91.

A inauguração oficial ocorreu a 30 de julho de 1933[160], acompanhada por uma campanha que posicionou o espaço como símbolo de modernidade. A designação "Lido", introduzida num anúncio em inglês no *Diário de Notícias*, evocava o prestígio do Lido de Veneza. No folheto promocional «Piscina do Gorgulho: The Madeira "Lido"», lia-se:

> «Beginning on Sunday 30th. July. the "Lido" will therefore be open to all residents and visitors and although the whole scheme of improvement is not yet completed yet all who bathe at the Madeira "Lido" will be able to enjoy clean sea water, clean soft water shower baths, and comfortable bathing cabins.»[161]

O modelo de exploração combinava a obrigação de acesso gratuito para crianças carenciadas com tarifas diferenciadas: o ingresso custava um escudo, acrescendo mais um escudo para o uso de cabine e banho. Cartões de assinatura e descontos para crianças[162] visavam reduzir barreiras económicas e incentivar a frequência regular. A presença de monitores certificados[163] conferia ao Lido uma dimensão formativa, em consonância com os ideais higienistas, regeneradores e de cidadania ativa que pautavam as políticas públicas da época.

Em janeiro de 1934, Kassab cedeu a concessão a Bernard Arthur Rhodes, também britânico, por 270 mil escudos, mantendo-se as condições contratuais[164]. Rhodes prosseguiu as obras, remodelando a piscina com níveis de profundidade variados, construindo uma esplanada sobre os rochedos e instalando cabines em três patamares, todas com varandas voltadas para o mar[165]. Essas melhorias evidenciam o investimento significativo e o compromisso contínuo com a modernização balnear e a sofisticação turística na Madeira.

[160] *Diário de Notícias*, 1933-07-29, n.º 17648, p. 1.
[161] *Diário de Notícias*, 1933-07-29, n.º 17648, p. 4.
[162] *Diário de Notícias*, 1933-08-06, n.º 17655, p. 2.
[163] *Diário de Notícias*, 1933-07-29, n.º 17648, p. 1.
[164] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Escritura*, 8 de janeiro de 1934, pp. 80-82.
[165] *Diário de Notícias*, 1934-03-07, n.º 17824, pp. 1 e 4.

Imagem n.º 9 – Praia do Lido durante a gestão da família Rhodes

Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Foto Figueiras, n.º inv. 2407.219.

Sob a gestão de Bernard Arthur Rhodes, o Lido consolidou-se como um verdadeiro polo de sociabilidade e entretenimento. No verão de 1934, organizaram-se festas noturnas, provas náuticas e eventos de beneficência[166] que mobilizaram a população local, autoridades e visitantes estrangeiros. Entre eles, destacam-se as festividades em prol do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, anunciadas no *Diário de Notícias*:

> «Barracas para venda de petiscos, barracas de sortes, jogos desportivos, musica, dança, alegria e mais alegria é tudo quanto vai haver naquelas festas, cujo resultado vai servir para amparar cêrca de cento e cincoenta pessoas de ambos os sexos, internados no Asilo.»[167]

Para viabilizar estas iniciativas noturnas, Rhodes instalou iluminação elétrica com 400 lâmpadas[168] e lançou um serviço de transporte marítimo entre o cais do Funchal e o cais do Lido. Inaugurado a 23 de junho de 1934, operava aos sábados, domingos

[166] *Diário de Notícias*: 1934-06-08, n.º 17894, p. 1; 1934-06-22, n.º 17904, p. 1; 1934-06-23, n.º 17905, p. 3; 1934-06-24, n.º 17906, p. 1; 1935-08-25, n.º 18246, p. 2; 1935-08-27, n.º 18247, p. 2; 1938-09-17, n.º 19247, p. 2.

[167] *Diário de Notícias*, 1934-06-22, n.º 17904, p. 1.

[168] *Diário de Notícias*, 1934-06-22, n.º 17904, p. 1.

e feriados (conforme horários publicados no *Diário de Notícias* em português e em inglês), e os bilhetes de ida e volta – incluindo a entrada no Lido – custavam dois escudos para adultos e um escudo para crianças, com tarifas especiais de regresso durante os eventos, sem direito a banho.

Imagem n.º 10 – Serviço de transporte marítimo entre o cais do Funchal e o cais do Lido

LIDO DA MADEIRA

PISCINA DO GORGULHO

O melhor balneario do País—Um dos melhores da Europa

A contar de 23 de Junho terá um serviço regular de lanchas a motor que partirão do Cais da Entrada da Cidade e do Cais do Lido, todos os Sabados, Domingos e Dias Santificados, com o seguinte horario:

SABADOS:

Partida do Cais: á 1, 2, 3, 4, 5 e 6 horas da tarde
Partida do Lido: á 1,30, 2,30, 3,30 4,30, 5,30 e 6,30 horas da tarde

DOMINGOS E DIAS SANTIFICADOS:

Partida do Cais: 8, 9, 10, 11, 12 horas da manhã e 1, 2, 3, 4 e 5 da tarde.

Partida do Lido: ás 8,30, 9,30, 10,30, 11,30, 12,30 horas da manhã e 1,30, 2,30, 3,30, 4,30 e 5,30 da tarde.

Preços das passagens de IDA e VOLTA, INCLUINDO a entrada no LIDO DA MADEIRA

Adultos, Esc. 2$00—Creanças, Esc. 1$00

Faça as suas viagens pela via maritima!

Ventile os seus pulmões com o todo do mar, fazendo uma viagem agradavel e confortavelmente instalado!

No Sabado 23 e Domingo 24, visto realisar-se uma festa em beneficio do Asilo de Mendicidade e Orfãos do Funchal, o serviço será de conta do LIDO DA MADEIRA, respectivamente até ás 8 horas da noite e 3 da tarde. Depois dessas horas o preço das passagens será de Esc. 1$00, não incluindo a entrada na Piscina. F359

THE MADEIRA LIDO

One of the finest Bathing Pools in Europe

INAUGURATION OF LAUNCH SERVICE

On SATURDAY next 23rd. June a service of Launches will be opened between FUNCHAL PIER and the MADEIRA LIDO.

TIMETABLE

SATURDAYS:

Depart Pier: 1 pm.—2 pm.—3 pm.—4 pm.—5 pm.—6 pm.
Depart Lido: 1.30.—2.30.—3.30.—4.30.—5.30.—6.30 P. M.

SUNDAYS
HOLIDAYS

Depart Pier: 8 am.—9 am.—10 am.—11 am.—Noon—1 pm.—2 pm. 3 pm.—4 pm.—5 pm.
Depart Lido: 8 30—9.30—10.30—11.30 A. M.—12.30—1.30—2.30—3.30—4.30 & 5.30 P. M.

RETURN FARE including ENTRANCE TO LIDO
Adults Esc. 2$00—Children Esc. 1$00

Make your trip by SEA
Benifit your health with Ozone.
Travel in Comfort.

On Saturday 23rd. and Sunday 24th. in view of the fact that a «FESTA» is being held in aid of the Asilo the launch service will be for the account of the LIDO DA MADEIRA up to 8 pm. & 3 pm., Saturday and Sunday respectively. After these hours the fare will be Esc. 1$00 not including entrance to the pool. F359

Fonte: *Diário de Notícias*, 1934-06-23, n.º 17905, pp. 4 e 6.

Este serviço não só facilitou o acesso ao Lido, como reforçou a imagem cosmopolita do Funchal, capaz de receber públicos nacionais e internacionais. A comunicação bilingue sublinhava a vocação turística e o posicionamento da Madeira junto dos viajantes europeus.

Com o falecimento de Bernard Arthur Rhodes, a 14 de agosto de 1934, a concessão passou à sua esposa, Ethel Rhodes[169], que a manteve até 1937. A vistoria municipal de fevereiro de 1935[170] confirmou a conclusão das obras contratuais, iniciando-se então a contagem oficial dos quinze anos de exploração. Nas décadas de 1930 e 1940, o Lido tornou-se um espaço multifuncional, onde lazer, sociabilidade e educação física se entrelaçavam com chás-dançantes, festas populares e concertos[171].

Após o falecimento de Ethel Rhodes, a concessão foi assumida por Luís Lopes Serrão, que a manteve até fevereiro de 1950[172]. Nesse mesmo ano, João Jardim obteve nova adjudicação por dez anos, mediante o pagamento anual de 12 mil escudos. A sucessão de concessionários garantiu a continuidade do projeto e a preservação da visão modernizadora que caracterizou o Lido nas suas primeiras décadas[173].

5.2. A Praia da Barreirinha: Um Espaço Balnear para as Classes Populares

Em contraste com o modelo concessionado e cosmopolita do Lido, a praia da Barreirinha constituiu uma iniciativa pública da Câmara Municipal do Funchal, concebida com clara vocação social e dirigida às camadas populares da cidade. Situada a leste da fortaleza de Santiago, nas imediações do bairro histórico de Santa Maria, este espaço balnear foi-se consolidando como ponto de encontro comunitário, integrando-se na malha urbana.

O primeiro sinal de interesse municipal pela requalificação da zona remonta a 23 de junho de 1921, com a apresentação de um projeto para a construção de uma escadaria de acesso à praia do Socorro[174]. Ao longo das décadas seguintes, foram

[169] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Testamento*, 21 de agosto de 1934, pp. 72-76.

[170] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Auto de Vistoria às Obras da Piscina do Gorgulho*, 19 de fevereiro de 1935, pp. 66-68.

[171] *Diário de Notícias*, 1940-08-11, n.º 19916, p. 2.

[172] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Relatório*, 16 de fevereiro de 1950, pp. 50-54.

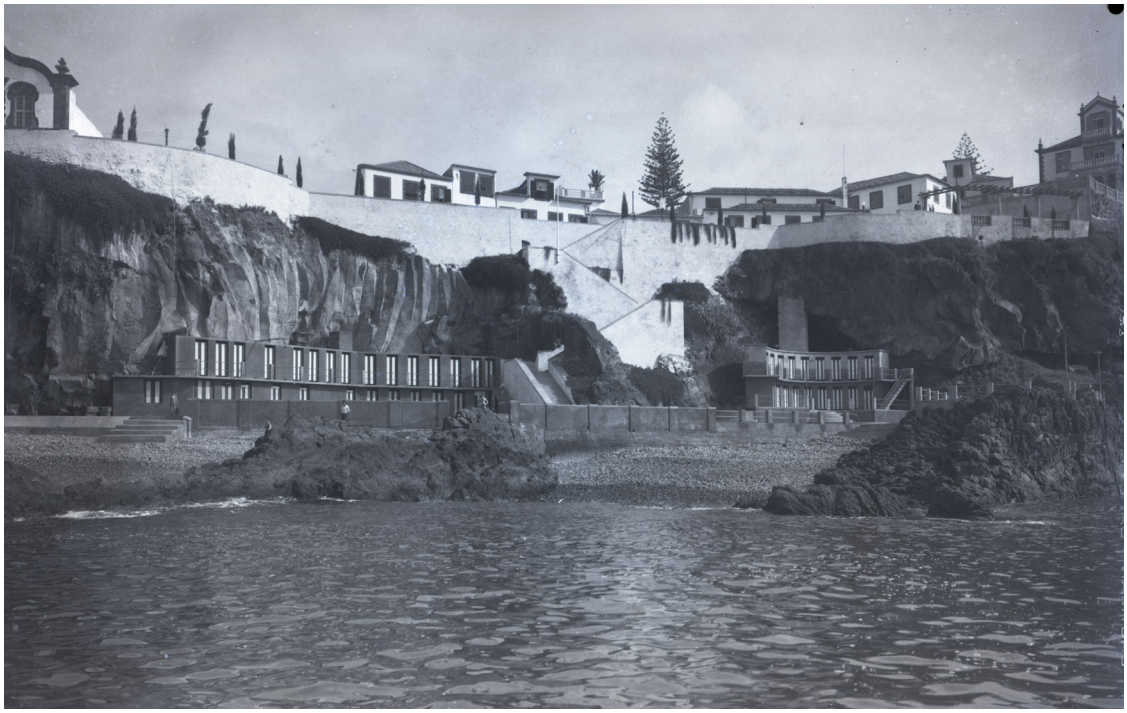
[173] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *A Concessão da Exploração da Piscina do Lido*, 17 de junho de 1950, pp. 38-40.

[174] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049, *Planta da Praia da Barreirinha e do Largo*, 23 de junho de 1921.

equacionadas diversas melhorias – esplanadas, cabines de banho, sanitários e até um trampolim para mergulhos[175] –, mas constrangimentos financeiros e prioridades concorrentes adiaram sucessivamente qualquer intervenção de fundo.

Foi apenas no verão de 1939 que se concretizou a adjudicação dos trabalhos de terraplanagem e arranjo da praia[176]. As obras incluíram uma escadaria em lanços a partir do Largo do Socorro, duas ordens de cabines de banho com arrecadações e lavabos, bem como uma esplanada ampla destinada à convivência dos utentes[177].

Imagem n.º 11 – Praia da Barreirinha



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Foto Figueiras, n.º inv. 2340.

A proposta inicial previa o acesso gratuito ao espaço, mas a Capitania do Porto do Funchal opôs-se à medida, alegando a necessidade de despacho ministerial e invocando o valor económico das barracas como fonte de receita estatal [178]. Como solução de compromisso, instituiu-se uma taxa simbólica de 20 centavos por entrada, com isenção para os jovens da Mocidade Portuguesa.

[175] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049.

[176] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049, *Obra de esplanar e bangar a praia do Socorro*, 23 de agosto de 1939.

[177] *Diário de Notícias*, 1939-11-22, n.º 19667, p. 1.

[178] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049, *Ofício da Capitania do Porto do Funchal*, n.º 51, 16 de janeiro de 1939.

A inauguração oficial teve lugar a 21 de novembro de 1939, numa cerimónia presidida pelo chefe do distrito, José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão, e pelo presidente da Câmara, Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. Um relatório municipal de julho de 1941 registou, numa única semana, 1180 entradas, das quais 606 foram pagas, gerando uma receita de 164$20[179], incluindo o aluguer de fatos de banho – números que atestam a adesão popular ao novo espaço balnear.

A partir de 2 de junho de 1940, data da abertura da primeira época balnear, a Barreirinha passou a afirmar-se também como palco de animação sociocultural. A programação inaugural incluiu um "chá-dançante" animado pela Moonlight Melody Band[180], seguido de bailes ao ar livre e arraiais populares em honra dos santos populares, com danças tradicionais, música ao vivo, fogo de artifício e passeios de barco. A 15 de junho de 1941, foi inaugurada uma segunda esplanada, equipada com mesas individualizadas e destinada ao usufruto familiar[181].

Em 1952, a Câmara Municipal delineou um novo plano de melhorias, de acordo com os projetos e estudos conservados no Arquivo e Biblioteca da Madeira[182]. As intervenções previstas incluíam a ampliação da esplanada, a renovação do piso das cabines de banho e a construção de mais dez unidades sobre as já existentes, acessíveis por uma escada em alvenaria. A reorganização dos acessos tinha como objetivo reforçar a funcionalidade do espaço e consolidar o seu papel como balneário público. A planta geral contemplava elementos como esplanadas, sanitários, escadarias de acesso ao mar e muros de suporte, revelando preocupações com a segurança e a fluidez da circulação. A memória descritiva, datada de 25 de fevereiro de 1952 e emitida pela Repartição de Obras Públicas Municipais, estimava o custo da intervenção em 30 280$00, valor que atesta o compromisso público com a manutenção e modernização de um espaço balnear de vocação popular.

A evolução da Barreirinha, ao longo das décadas de 1930 a 1950, reflete uma política de democratização do lazer, em que o investimento público procurou responder às exigências crescentes de conforto, organização e serviço comunitário. Conjuntamente com o Lido, a Barreirinha inscreve-se na história urbana do Funchal como expressão complementar de um litoral em transformação – ora cosmopolita e concessionado, ora comunitário e municipal –, mas sempre orientado para a valorização do mar como espaço de sociabilidade e regeneração urbana.

---

[179] *Diário de Notícias*, 1941-07-12, n.º 20234, p. 3.
[180] *Diário de Notícias*, 1940-06-02, n.º 19850, p. 2.
[181] *Diário de Notícias*: 1940-06-02, n.º 19850, p. 4; 1940-06-23, n.º 19868, p. 4; 1941-06-15, n.º 20209, p. 3.
[182] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049.

Este olhar comparativo sobre o Lido e a Barreirinha evidencia dois modelos distintos de espaços costeiros na primeira metade do século XX: por um lado, o Lido, sustentado por capitais privados e orientado para uma clientela elitista; por outro, a Barreirinha, projeto municipal de vocação popular, com tarifas simbólicas e isenções destinadas à juventude organizada. Enquanto o primeiro investia em infraestruturas sofisticadas, eventos sociais e transportes marítimos exclusivos, o segundo consolidava-se como zona de lazer acessível, moldada pelas necessidades quotidianas da população local.

A década de 1930 constitui, assim, um ponto de inflexão na história dos usos recreativos do litoral madeirense, marcada pela emergência de uma nova cultura de lazer costeiro, sustentada por investimentos públicos e privados em infraestruturas modernas e funcionalmente organizadas. O aparecimento de espaços como o Lido e a Barreirinha ilustra a diversidade de respostas às crescentes exigências de recreação e bem-estar, num contexto de valorização estratégica do turismo e do lazer. Estes espaços não apenas transformaram a paisagem urbana e semiurbana, como também redefiniram as formas de apropriação do litoral, promovendo a democratização do acesso ao mar, a apropriação coletiva do espaço costeiro e a interação entre diferentes gerações e estratos sociais. A articulação entre elementos naturais e intervenção humana revela uma visão moderna e funcional do litoral, adaptada às especificidades geográficas e sociais de cada local.

Em suma, a década de 1930 inaugurou uma nova cultura de lazer marítimo na Madeira, marcada pela convergência de iniciativas públicas e privadas. No Funchal, o Lido representou o ideal de elegância turística, enquanto a Barreirinha se afirmou como espaço de recreação comunitária. Juntos, estes dois casos ilustram como a orla marítima madeirense se transformou, democratizando o acesso ao mar, estimulando práticas de cidadania ativa e diversificando a oferta de turismo de praia em contexto urbano.

6. O Papel dos Clubes Privados

A consolidação da Madeira como destino turístico não resultou apenas da ação pública e da modernização das infraestruturas costeiras. Em paralelo, afirmou-se uma rede de espaços exclusivos que, em articulação com a hotelaria, desempenhou um papel decisivo na projeção da ilha como destino de prestígio. Estes clubes ofereciam conforto e sofisticação a visitantes abastados e à elite local, ao mesmo tempo que sedimentavam uma imagem de distinção social e de internacionalização da oferta.

Desde o século XIX, o Funchal conheceu uma intensa vida associativa, marcada pela criação de grémios recreativos e culturais que estruturaram a sociabilidade urbana. Entre os pioneiros contam-se o Clube União (fundado a 10 de março de 1836; estatutos aprovados em 1874 e ratificados em 1879) e o Clube Funchalense (instalado a 3 de dezembro de 1839)[183]. Nas décadas seguintes, surgiram o Clube Económico (1856), o Clube Aliança (c. 1867-1890), o Clube Restauração (fundado em 1878), o Clube Washington (c. 1882), o Turf Club (1900), e o Club Sport Marítimo (estatutos aprovados a 10 de maio de 1911). A existência de dois "Clube Sports da Madeira", bem como de entidades como o Clube Republicano da Madeira e o Club Naval Madeirense, espelha a diversidade ideológica e funcional do associativismo funchalense entre os séculos XIX e XX[184].

Embora distintos nas suas finalidades, estes clubes partilhavam uma função estruturante na vida social da elite: eram espaços de encontro, lazer e afirmação de estatuto. O seu dinamismo articulava-se com ideais de progresso e cosmopolitismo, contribuindo para a definição de uma identidade urbana marcada pela abertura ao exterior.

Fundado na década de 1930, o British Country Club (atualmente Quinta Magnólia – Centro Cultural) constituiu um marco na sociabilidade cosmopolita do Funchal. Criado por iniciativa da comunidade britânica residente e de visitantes frequentes, o clube oferecia instalações desportivas, como campos de ténis, e espaços de convívio que reforçavam a ligação histórica entre a Madeira e o turismo de origem britânica. A sua programação, que combinava eventos sociais, torneios e receções, projetava uma imagem de exclusividade e requinte, contribuindo para a consolidação da ilha como destino de prestígio internacional. Integrado numa rede de equipamentos privados voltados para um público seleto, o British Country Club articulava-se com a hotelaria de luxo e com outras instituições congéneres, desempenhando um papel relevante na afirmação de um estilo de vida associado ao lazer, ao desporto e à diplomacia social.

A partir da década de 1950, os clubes privados ganharam protagonismo na valorização do mar como lugar de lazer e socialização, reforçando a atratividade da Madeira num mercado turístico em expansão. Apesar das diferenças internas, partilhavam uma mesma vocação: proporcionar experiências exclusivas a um público restrito, combinando práticas desportivas, convívio e relações sociais de caráter diplomático.

O Clube Naval do Funchal, fundado em 1952, destacou-se pela orientação desportiva, centrada na vela e na natação. Concebido como espaço reservado, com

[183] SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 268-269.
[184] SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 269.

infraestruturas adequadas e um ambiente propício à convivência entre membros, refletia o crescente interesse pelas práticas marítimas e a afirmação de uma modernidade insular. A composição da comissão administrativa fundadora – que integrou figuras de relevo como o capitão-de-fragata Horácio de Faria Pereira e o juiz corregedor Temudo Machado[185] – evidencia o capital social mobilizado pelo projeto. Para além da vertente competitiva, o clube organizava receções e *cocktail-parties*[186] em honra dos participantes das regatas, nomeadamente da II Regata Lisboa-Madeira[187], eventos cuidadosamente planeados na sede da Quinta Calaça que consolidavam a sua imagem de sociabilidade seletiva.

Em 1964, o Clube de Turismo da Madeira apresentou uma proposta distinta, conjugando lazer, hospitalidade e representação institucional. O seu presidente, Augustin Ramos, reivindicou a «maioridade» da instituição, sinalizando um papel ativo na promoção turística da ilha[188]. A qualidade das instalações – piscina revestida a mosaicos azuis, solário com vista mar, *snack-bar* estrategicamente posicionado[189] – aliava-se a interiores climatizados, decorados com mobiliário antigo, arranjos florais e candelabros, organizados em salas de convívio, de chá e de jogo, biblioteca resguardada e sala de jantar para banquetes[190]. Paralelamente, o clube acolheu almoços oficiais, receções e homenagens a personalidades nacionais e estrangeiras[191], funcionando como plataforma de representação informal e de projeção externa da Madeira.

A leitura do papel destes clubes revela uma dimensão complementar – mas decisiva – na história das práticas costeiras da ilha. Concebidos para um público privilegiado, consolidaram uma imagem de distinção associada ao destino, oferecendo acesso direto ao mar, serviços personalizados e ambientes cuidadosamente elaborados. Mais do que simples infraestruturas de lazer, atuaram como dispositivos de projeção simbólica e diplomática, articulando hospitalidade, afirmação social e promoção turística. A sua ação, no plano local e internacional, contribuiu para fixar a Madeira como destino de referência, onde o mar se impôs não apenas como recurso natural, mas como elemento central da identidade insular e da sua economia turística emergente.

---

185 *Diário de Notícias*, 1952-09-24, n.º 25072, p. 1.
186 *Diário de Notícias*, 1954-07-30, n.º 25712, p. 1.
187 *Diário de Notícias*, 1954-07-25, n.º 25707, p. 7.
188 *Diário de Notícias*, 1964-12-31, n.º 29351, p. 4.
189 *Diário de Notícias*, 1963-02-13, n.º 28693, p. 3.
190 *Diário de Notícias*, 1963-02-13, n.º 28693, p. 3.
191 *Diário de Notícias*: 1963-07-06, n.º 28830, p. 3; 1963-10-29, n.º 28943, p. 1; 1964-12-10, n.º 29337, p. 1.

Conclusão

Este estudo procurou aprofundar a compreensão da cultura balnear em contexto insular, destacando a Madeira como caso singular e representativo das transformações nas relações entre sociedade e mar. A análise de fontes primárias – imprensa regional, fotografias, documentação institucional e cartográfica – revelou-se essencial para captar a vivência quotidiana nas praias e nos balneários e compreender de que forma estes espaços foram apropriados, regulamentados e celebrados ao longo do tempo.

A história dos balneários madeirenses reflete uma mudança profunda: o mar deixou de ser apenas um limite geográfico, local de trabalho ou recurso terapêutico, para se tornar espaço de desejo, cura, lazer e pertença coletiva. Entre 1922 e 1960, os banhos de mar evoluíram de prática médica prescrita para hábito social, impulsionados por novas formas de sociabilidade e pelo desenvolvimento turístico. A crescente exposição corporal, associada à modernidade e aos discursos médicos e culturais, contribuiu para a legitimação do lazer costeiro como prática saudável e civilizada, ainda que sujeita a vigilância moral.

O processo de apropriação do litoral implicou a edificação de infraestruturas, a regulação de comportamentos e a redefinição das fronteiras entre espaço público e moralidade. No Funchal – núcleo central deste fenómeno –, surgiram estabelecimentos estruturados, como o Balneário do Funchal, o Lido e a Barreirinha, ao lado de clubes privados e hotéis com acessos exclusivos ao mar. Estes polos balneares expressaram estratégias complementares de modernização, tensionando inclusão popular e apropriação elitista, com os clubes a desempenharem um papel relevante na distinção social e na construção de sociabilidades restritas.

A diversidade de práticas costeiras na Madeira ganhou relevo também em Machico, Caniçal, Ribeira Brava e Porto Moniz, onde a mesma dinâmica de investimentos públicos e privados gerou respostas específicas às necessidades locais. As iniciativas balneares em zonas rurais revelam adaptações criativas e funcionais, que evidenciam a pluralidade da experiência balnear insular. Fora da ilha, outros destinos portugueses – Figueira da Foz, Póvoa de Varzim, Espinho e Cascais – seguiram percurso semelhante: a transição do uso terapêutico para o lazer regulado, marcada por normas morais, segmentação social e construção simbólica do mar.

Muitos dos espaços analisados permanecem ativos na paisagem e na memória coletiva madeirense. A contínua requalificação de praias ao longo da costa reforça a expansão de uma cultura balnear que preserva traços históricos, ao mesmo tempo que se adapta às exigências contemporâneas. Essa persistência confirma a relevância

do litoral como lugar de construção social e simbólica, onde se cruzam memórias, práticas e identidades.

Em síntese, a década de 1930 inaugurou na Madeira uma nova cultura de lazer costeiro, sustentada pela convergência de políticas públicas, iniciativas privadas e discursos médicos e culturais. A trajetória dos balneários insulares documenta a emergência de uma identidade moderna, plural e profundamente ancorada no mar. Este estudo contribui, assim, para a historiografia dos espaços costeiros em Portugal, oferecendo uma leitura crítica das dinâmicas sociais, culturais e simbólicas que moldaram o turismo balnear em contexto insular.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), *Editais, avisos e anúncios (1923-1928)*.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Contrato da Concessão da Exploração da Piscina do Gorgulho*, 22 de fevereiro de 1933, pp. 88-91.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Escritura*, 8 de janeiro de 1934, pp. 80-82.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Auto de Vistoria às Obras da Piscina do Gorgulho*, 19 de fevereiro de 1935, pp. 66-68.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049.

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira: Álvaro Nascimento Figueira, n.os inv. 104, 1.29, 537, 800 e 877; Foto Figueiras, n.os inv. 2340 e 2407.219; Perestrellos Photographos, n.os inv. 420 e 2456.

Fontes Impressas

Diário do Governo, 1936-09-05, n.º 209/1936, Série I, Decreto-Lei 26980.

Imprensa

Diário da Madeira: 1922-08-11, n.º 3380; 1933-01-29, n.º 6399; 1933-07-04, n.º 6516; 1933-07-06, n.º 6518; 1933-09-29, n.º 6590.

Diário de Notícias: 1922-06-04, n.º 14440; 1922-08-03, n.º 14484; 1922-08-08, n.º 14488; 1922-08-12, n.º 14492; 1922-08-15, n.º 14494; 1922-09-20, n.º 14524; 1922-10--19, n.º 14547; 1923-01-27, n.º 14626; 1923-02-06, n.º 14632; 1923-07-17, n.º 14758; 1925-07-21, n.º 15337; 1925-08-18, n.º 15360; 1926-08-07, n.º 15643; 1927-06-10, n.º 15886; 1927-08-03, n.º 15928; 1927-08-30, n.º 15950; 1928-03-30, n.º 16120; 1928-08-07, n.º 16221; 1928-08-19, n.º 16231; 1928-08-31, n.º 16241; 1931-07-09, n.º 16475; 1930-08-06, n.º 16795; 1930-12-21, n.º 16909; 1931-04-19, n.º 16994; 1931-07-29, n.º 17069; 1931-08-01, n.º 17072; 1931-11-17, n.º 17161; 1932-05-28, n.º 17311; 1932-06-01, n.º 17314; 1932-07-17, n.º 17349; 1932--08-14, n.º 17373; 1932-12-24, n.º 17481, 1933-02-08, n.º 17515; 1933-02-28, n.º 17532; 1933-03-28, n.º 17554; 1933-06-15, n.º 17614; 1933-07-29, n.º 17648; 1933-08-05, n.º 17654; 1933-08-06, n.º 17655; 1933-08-22, n.º 17667; 1934--03-07, n.º 17824; 1934-06-08, n.º 17894; 1934-06-20, n.º 17903; 1934-06-22, n.º 17904; 1934-06-23, n.º 17905; 1934-06-24, n.º 17906; 1934-08-01, n.º 17937; 1934-10-11, n.º 17996; 1935-05-26, n.º 18175; 1935-08-11, n.º 18235; 1935--08-15, n.º 18238; 1935-08-2b5, n.º 18246; 1935-08-27, n.º 18247; 1935-09-19, n.º 18267; 1935-10-15, n.º 18288; 1936-02-05, n.º 18378; 1936-05-16, n.º 18459; 1936-05-24, n.º 18465; 1936-06-09, n.º 18476; 1936-07-05, n.º 18494; 1937--04-28, n.º 18749; 1937-07-14, n.º 18824; 1937-08-24, n.º 18865; 1938-06-07, n.º 19146; 1938-07-06, n.º 19174; 1938-07-30, n.º 19198; 1938-07-31, n.º 19199; 1938-08-20, n.º 19219; 1938-08-22, n.º 19221; 1938-08-25, n.º 19224; 1938--08-26, n.º 19225; 1938-08-27, n.º 19226; 1938-08-29, n.º 19228; 1938-09-02, n.º 19232; 1938-09-05, n.º 19235; 1938-09-06, n.º 19236; 1938-09-09, n.º 19239; 1938-09-10, n.º 19240; 1938-09-12, n.º 19242; 1938-09-14, n.º 19244; 1938-09--16, n.º 19246; 1938-09-17, n.º 19247; 1938-09-18, n.º 19248; 1938-09-21, n.º 19251; 1938-09-29, n.º 19259; 1939-06-15, n.º 19509; 1939-06-22, n.º 19516; 1939-10-22, n.º 19636; 1939-11-22, n.º 19667; 1940-06-02, n.º 19850; 1940--06-23, n.º 19868; 1940-06-26, n.º 19871; 1940-07-06, n.º 19880; 1940-08-03, n.º 19908; 1940-08-06, n.º 19911; 1940-08-11, n.º 19916; 1940-09-14, n.º 19949;

1940-09-29, n.º 19964; 1941-06-06, n.º 20201; 1941-06-15, n.º 20209; 1941--07-12, n.º 20234; 1941-07-17, n.º 20239; 1941-07-28, n.º 20250; 1952-09-24, n.º 25072; 1954-07-25, n.º 25707; 1954-07-30, n.º 25712; 1956-07-18, n.º 26398; 1956-09-02, n.º 26443; 1963-02-13, n.º 28693; 1963-07-06, n.º 28830; 1963-10--29, n.º 28943; 1964-12-10, n.º 29337; 1964-12-31, n.º 29351.

Bibliografia

BARROS, Fátima (coord.) *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo da Madeira (1936-1979): Quatro décadas ao serviço do turismo madeirense*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais / Arquivo Regional da Madeira.

BRAGA, Isabel Drumond, 2022, «Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 407-418.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, 1989, *A arquitectura de veraneio: os Estoris 1880-1930*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa.

CALDEIRA, Abel Marques, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900--1925)*, 2.ª ed., Funchal, Editorial Eco do Funchal.

CALDEIRA, Susana, 2023, «Hotéis Madeirenses: Memórias a Preto e Branco», in *Hotéis (entre as décadas 1880 e 1960)*, coleção "Madeira – Memórias Fotográficas", n.º 15, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

CÂMARA, Benedita, 2010, «Madeira: Um lugar Turístico (1800-1928). Inserção Internacional Precoce e Resposta às Oportunidades», in LOUSADA, Maria Alexandre & PIRES, Ana Paula (coord.), *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 99-103.

CARDIM, Valter Carlos, 2013, *A Moda em Portugal, 1914 a 1959*, Lisboa, Edições IADE.

CAVACO, Carminda & MEDEIROS, Carlos Laranjo (coord.), 2008, *Turismo de Saúde e Bem-Estar: Termas, Spas Termais e Talassoterapia*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

CORBIN, Alain, 1994, *The Lure of the Sea: The Discovery of the Seaside in the Western World 1750-1840*, translated by Jocelyn Phelps, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza, 2010, «Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul», in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 17, n.º 1, pp. 165-184.

COSTA, Luiz Pereira da, 1882, *Banhos de Mar – Elementos de Hydrotherapia Maritima*, Dissertação Inaugural, Universidade de Coimbra, disponível em https://am.uc.pt/item/46583, consultada a 20 de agosto de 2025.

DÉSERT, Gabriel, 1991, «Banhos de mar por receita médica», in LE GOFF, Jacques (org.) et al., *As doenças têm história*, trad. de Laurinda Bom, Lisboa, Terramar – Editores, pp. 333-341.

DIAS, Paula M. Pereira de Oliveira, 1995, «"Ir a Banhos" na Figueira da Foz no Dealbar do Século XX: Um Olhar sobre uma Época», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, pp. 177-213.

ESTEVES, Alexandra, 2014, «Lugares de cura e de lazer: praias e termas do norte de Portugal entre os finais do século XIX e o dealbar de novecentos», in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, ESTEVES, Alexandra; SILVA, Ricardo; COELHO, José Abílio (coords.), *Sociabilidades na Vida e na Morte (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", pp. 295--315.

FERREIRA, Luís Timóteo, 2020, «Saúde e turismo: a Madeira na rota dos viajantes e doentes do século XIX», in PIRES, Ana Paula; CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco; HENRIQUES, João Miguel (coord.), *Turismo: história, património e ideologia: diálogos e memórias*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais / Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, pp. 43-58.

FERREIRA, Rafaela Braga, 2023, *As Sociabilidades Balneares na Póvoa de Varzim entre o final da Monarquia Constitucional e a primeira década da República (1904-1920)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade do Porto.

FREIRE, Isabel, 2010, *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros Editora.

FREITAS, Joana Isabel Ricardo Gaspar de, 2010, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa.

GAMA, José Gil Correia, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra.

GUERRA, Jorge Valdemar, 2010, «Funchal: Breve cronologia 1419-1976», in *Funchal 500 anos: Momentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, pp. 131-219.

HEBERDEN, Thomas & HEBERDEN, William, 1751, «Observations of the Weather in Madeira, Made by Dr. Thomas Heberden, and Communicated by William Heberden, M. D. F. R. S.», in *Philosophical Transactions (1683-1775)*, vol. 47,

pp. 357-359, disponível em https://www.jstor.org/stable/105071, consultado a 6 de maio de 2025.

HENRIQUES, Eduardo Brito & LOUSADA, Maria Alexandre, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de ser Turista», in LOUSADA, Maria Alexandre & PIRES, Ana Paula (coord.), *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 105-117.

JUNIOR, António Francisco da Silva, 1874, *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuticos dos banhos do mar frios*, Dissertação Inaugural, Escola Médico-Cirúrgica do Porto, disponível em https://hdl.handle.net/10216/17221, consultada a 16 de maio de 2025.

KAYNE, G. Gregory, & WOOD, J. E., 1934, «Sunbathing And Tuberculosis», in *The British Medical Journal*, vol. 2, n.º 3837, p. 138, disponível em http://www.jstor.org/stable/25321726, consultado a 21 de julho de 2023.

LAMAS, Maria, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, Funchal, Eco do Funchal.

MARTINS, Pedro Alexandre G., 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

MATOS, Rui Campos, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo do Photographia Museu – «Vicentes» / The Origins of Tourism in Madeira – Quintas and Hotels from the Collection Photographia Museu – «Vicentes»*, Funchal, Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas, Direção Regional dos Assuntos Culturais e Photographia Museu – «Vicentes».

MONIZ, Ana Isabel & SANTOS, Thierry Proença dos, 2011, «O Funchal na Narrativa Literária e na Crónica», in *Funchal (D)Escrito: Ensaios sobre representações literárias da Cidade*, MONIZ, Ana Isabel, FALCÃO, Ana Margarida, COELHO, Leonor Martins, SANTOS, Thierry Proença dos, Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites – Editores Unipessoal, Lda., pp. 11-75.

NORTON, Luiz, 1938, *A Côrte de Portugal no Brasil (Notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

ORTIGÃO, Ramalho, 1876, *As praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Magalhães & Moniz – Editores.

OSÓRIO, Teresa Menéres Gautier Vasques, 2018, *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Instituto Universitário de Lisboa.

PEREIRA, Ana Leonor & PITA, João Rui, 2011, «A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal», in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3, VAQUINHAS, Irene (coord.), *A Época Contemporânea*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, pp. 92-116.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, Funchal, Centro Treino Mar.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a História do Concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto Moniz.

RITCHIE, Robert C., 2021, *The Lure of the Beach: A Global History*, Oakland, University of California Press.

RODRIGUES, Elisabete, 2019, «O Turismo na Madeira Oitocentista», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 337-379.

SAINZ-TRUEVA, José de, 1997, «A Barreirinha», in MATOS, Danilo & CARITA, Rui (coord.), *Roteiro Histórico Turístico da Cidade – Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 65-66.

SAINZ-TRUEVA, José de, 2004, «O Bairro de Santa Maria (séc. XIX-XX)», in MATOS, Danilo & CARITA, Rui, *Roteiro Histórico Turístico da Cidade – Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 61-63.

SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., vol II, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

SILVA, Iolanda (coord.), 1985, *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, António Ribeiro Marques da, 1994, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Editorial Caminho.

SILVA, João Martins e, 2007, «Breve História do Raquitismo e da Descoberta da Vitamina D», in *Órgão Oficial da Sociedade Portuguesa de Reumatologia – Acta Reum Port. 2007*, n.º 32, pp. 205-229, disponível em https://www.academia.edu/127357552/Breve_hist%C3%B3ria_do_raquitismo_e_da_descoberta_da_vitamina_D, consultado a 16 de maio de 2025.

SOARES, Manuela Goucha, 2023, «As praias de antigamente», in *Expresso*, disponível em https://multimedia.expresso.pt/praias/, consultado a 2 de junho de 2025.

SOUTO, Odete *et al.*, no prelo, *As Ilhas Balneares (de inícios do século XX até à década de 70*, coleção "Madeira – Memórias Fotográficas", Funchal, Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro.

TRIGO, Adriano A. & TRIGO, Annibal, A., 1910, *Roteiro e guia do Funchal*, Typographia Esperança.

TRIGO, Adriano A. & TRIGO, Annibal, A., 1910, «Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910» [cartografia], in *Roteiro e guia do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança.

«A Previsão», 1932, in *Ilustração Madeirense*, ano III, n.º 4, março, p. 25.

«Where to Spend the Winter in the Island of Madeira the flower garden of the Atlantic», 1933, in *Ilustração Madeirense*, ano V, n.º 6, dezembro, verso da capa.